

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

LEINA GONÇALVES GÓES

O DUPLO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO:
memória e consenso durante a ditadura civil-militar (1972-1973)

São Luís

2025

LEINA GONÇALVES GÓES

O DUPLO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO:
memória e consenso durante a ditadura civil-militar (1972-1973)

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão para o grau de
licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

São Luís

2025

Góes, Leina Gonçalves.

O duplo Sesquicentenário da Independência no Maranhão : memória e consenso durante a ditadura civil-militar (1972-1973) / Leina Gonçalves Góes. – São Luís, 2025.

--- f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

1. Ditadura civil-militar. 2. Sesquicentenário da Independência do Brasil. 3. Consenso. 4. Maranhão. I. Título.

CDU 94(81).08

LEINA GONÇALVES GÓES

O DUPLO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO:
memória e consenso durante a ditadura civil-militar (1972-1973)

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão para o grau de
licenciatura em História

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

Aprovada em ____________

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr^a. Márcia Milena Galdez Ferreira

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Romário Sampaio Basílio

Universidade Estadual do Maranhão

Aos meus pais, Geovan Araújo Góes e Melizandra Gonçalves Góes

Agradecimentos

Durante a Semana do Calouro, uma pergunta sempre aparece: *“Por que você escolheu este curso?”*. Confesso que ainda não tenho uma resposta exata para essa questão, mas, ao longo da caminhada, acumulei motivos para continuar e pessoas a quem sou profundamente grata.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Geovan Araújo Góes e Melizandra Gonçalves Góes, por estarem sempre ao meu lado, me incentivando e acreditando em mim. Sou igualmente grata à minha madrinha, Leina Faray, que, com sua fé, orações e entusiasmo, nunca deixou de celebrar cada uma das minhas conquistas. Agradeço ainda à minha família como um todo, especialmente aos meus irmãos, Adriana, Geovan Jr. e Luana, por todo apoio e carinho. E não poderia deixar de mencionar meu sobrinho amado Nicolas e a Lola, que enchem meus dias de alegria e os tornam mais leves.

No curso de História, tive a sorte de encontrar pessoas que marcaram minha trajetória. Sou grata, em especial, pelo encontro com meu orientador, prof. Marcelo Cheche. Lembro claramente de um evento do Nemo, antes de entrar no curso, onde assisti uma mesa coordenada pelo senhor. Talvez, naquele momento, minha escolha pela História tenha começado a se desenhar. Sou grata pelo “destino”, por uma segunda vez, ter cruzado os nossos caminhos, dessa vez como orientador e orientanda. Como o senhor sempre gosta de frisar, este trabalho é meu, mas ele não seria possível sem suas orientações, conselhos, compreensão e puxões de orelha. Desejo que as Universidades possam ser cheias de professores como o senhor, éticos e compromissados.

Agradeço aos amigos que caminharam ao meu lado desde o início: Elizeu e Gabrielle. Sou igualmente grata aos que chegaram durante essa jornada, os que carinhosamente chamo de “quinta série”: Bia, Carlos, Lucas, Maicon e Thallysson. E, aos demais que me ajudaram quando necessário: André, Lari e Van.

Às amigas(os), cuja amizade ultrapassou os muros da academia: Júlia, Lorrane, Nayra, Maria Clara, Simone e Luiz Gustavo. Minha gratidão por todo companheirismo, almoços, lanches, textos, segredos, choros e risadas que compartilhamos.

Durante a graduação tive a oportunidade de estagiar em dois lugares que me moldaram como pessoa e profissional. Assim sendo, gostaria de agradecer a toda equipe que esteve ao meu lado no Museu Palácio dos Leões: Carol, dona Selvita, Arthur, Igor, Israel, Jana, Juan,

Milena e Mikael. Também agradeço a equipe do Forte Santo Antônio da Barra, minha segunda casa de estágio, que me presenteou com descobertas, acolhimento e pessoas incríveis.

Por fim, e não menos importante, agradeço àquele cujo os olhos estão sobre mim, desde o dia do meu nascimento, me protegendo.

Somos herança da memória

Temos a cor da noite

Filhos de todo açoite

Fato real de nossa história

(Jorge Aragão)

RESUMO

O presente trabalho aborda um período sensível da história recente do Brasil, a ditadura civil-militar (1964-1985). Detenho-me, especificamente, no estudo das comemorações do Sesquicentenário da Independência (1972), ocorridas durante o governo do general presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Desse modo, a pesquisa enfoca os usos políticos da memória histórica, enfatizando as estratégias adotadas para a legitimação política, a partir de narrativas que exaltavam a integração nacional e ajustavam as memórias dissonantes da Independência. No Maranhão, a adesão tardia da província ao Império, somente em 28 de julho de 1823, necessitou de gradativos *ajustes cronológicos* para alinhar-se a história nacional/oficial. Assim, por meio de fontes como o *Jornal Pequeno* e o Fundo do Sesquicentenário, o trabalho apresenta o duplo Sesquicentenário do Maranhão (1972-1973), explorando as dinâmicas complexas para construção do *consenso* na sociedade maranhense, em meio a uma conjuntura política marcada pela simbiose dos “anos de chumbo” e “anos de ouro”.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Sesquicentenário da Independência do Brasil. Consenso. Maranhão.

RESUMEN

El presente trabajo aborda un período sensible de la historia reciente de Brasil, la dictadura civil-militar (1964-1985). Me detengo, especialmente, en el estudio de las celebraciones del Sesquicentenario de la Independencia (1972), ocurridas durante el gobierno del general presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). De este modo, la investigación se enfoca en los usos políticos de la memoria histórica, destacando las estrategias adoptadas para la legitimación política, a partir de narrativas que exaltaban la integración nacional y ajustaban las memorias disonantes de la Independencia. En Maranhão, la adhesión tardía de la provincia al Imperio, en el 28 de julio de 1823, requirió graduales *ajustes cronológicos* para alinearse con la historia nacional/oficial. Así, mediante fuentes como el *Jornal Pequeno* y el Fondo del Sesquicentenario, el trabajo presenta el doble Sesquicentenario de Maranhão (1972-1973), explorando las complejas dinámicas para la construcción del *consenso* en la sociedad maranhense, en medio de una coyuntura política marcada por la simbiosis entre los “años de plomo” y los “años dorados”.

Palabras clave: Dictadura civil-militar. Sesquicentenario de la Independencia de Brasil. Consenso. Maranhão.

LISTA DE SIGLAS

AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AML	Academia Maranhense de Letras
BPBL	Biblioteca Pública Benedito Leite
CEC	Comissão Executiva Central
CEC-PA	Conselho Estadual de Cultura do Pará
CEE's	Comissões Executivas Estaduais
CFC	Conselho Federal de Cultura
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FAB	Força Aérea Brasileira
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
JP	Jornal Pequeno
MOMATRO	Movimento Maranhense de Trovadores
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1: O Sesquicentenário como lugar de memória da Independência do Brasil	18
1.1 O <i>Brasil Grande</i> do Sesquicentenário: o imaginário social da nação	19
1.2 Panorama das comemorações do Sesquicentenário da Independência (1972)	23
1.2.1 A espetacularização da História	26
1.3 As memórias dissonantes das comemorações e o <i>ajuste cronológico</i>	30
2. O Sesquicentenário de uma província distante	33
2.1 O <i>Jornal Pequeno</i> e o Fundo da Sesquicentenário	34
2.2 A programação “não-oficial” do Maranhão	36
2.2.1 A festa nacional no Maranhão	38
2.3 A Revolta de Bequimão, o filme	41
2.4 “Tenho a honra de comunicar”: o <i>consentimento</i> expresso nas correspondências e anúncios	44
3. O segundo Sesquicentenário do Maranhão (1973)	47
3.1 “No desejo de colaborar”: o contínuo das comemorações	49
3.2 “Seja bem-vindo, Presidente Médici”	51
3.3 O 28 de Julho e o <i>consenso</i> anunciado	54
Considerações finais	57
Referências	59
APÊNDICES	63
a) Edições do <i>Jornal Pequeno</i> (1971)	63
b) Edições do <i>Jornal Pequeno</i> (1972)	63
c) Edições do <i>Jornal Pequeno</i> (1973)	72

Introdução

Meu primeiro contato com as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, bem como os desdobramentos da festa no Maranhão, ocorre no ano de 2021, quando estava no terceiro período da graduação. Tomei conhecimento a respeito da temática através do professor Marcelo Cheche Galves, que prontamente se disponibilizou a iniciar os estudos com aqueles que se interessaram pelo tema. Nossos estudos resultaram do projeto intitulado “*História, historiografia e memória: comemorações da Independência no\do Maranhão*”, financiado pelo CNPq. O projeto tem por finalidade o estudo das comemorações da Independência no\do Maranhão ao longo dos Oitocentos ou em momentos de forte apelo, como as comemorações do Centenário (1922) e do Sesquicentenário (1972) da data (Galves, 2021). Participei desse projeto durante dois anos como bolsista de iniciação científica\CNPq, analisando as comemorações do Sesquicentenário do Brasil no Maranhão, no contexto da ditadura civil-militar, através do impresso *Jornal Pequeno* (JP)¹, disponível para pesquisa na Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). No primeiro ano de pesquisa, concentrei-me em analisar o contexto geral da festa e os eventos desenvolvidos no estado. Já no segundo ano, meu foco recaiu sobre as comemorações realizadas durante o segundo Sesquicentenário² do Maranhão, em 1973, período que celebrava os 150 anos da adesão da província à Independência do Brasil.

Ao trabalhar com o Sesquicentenário, interessei-me logo de início pelos usos da história nacional, seus símbolos e signos no projeto cívico-patriótico empreendido pelos militares, assim como pela complexidade de comportamentos sociais, que para além dos resistentes e colaboradores, tinham aqueles que se mostravam passivos e indiferentes diante do patriotismo exacerbado suscitado na festa. Ao fim e ao cabo, a multiplicidade de comportamentos fora fundamental para atestar o *consenso* social em torno da ditadura civil-militar nas celebrações da Independência (Cordeiro, 2012).

Conforme Janaína Cordeiro, *consenso* de modo algum significa unanimidade, mas ao contrário, “abarca uma série de comportamentos muito diversos, os quais por sua vez

¹ O projeto foi dividido em três planos de trabalho que contemplaram os estudos das comemorações nos três principais impressos em circulação no estado à época, a saber: *O Imparcial*, *Jornal do Dia* e *Jornal Pequeno*. Os dois primeiros jornais foram analisados, respectivamente, pelos bolsistas Aline Costa Nascimento e Luiz Gustavo Moraes.

²As expressões “segundo Sesquicentenário” e “duplo Sesquicentenário” foram elaboradas no contexto do desenvolvimento do projeto para caracterizar e diferenciar as celebrações realizadas no Maranhão relacionadas ao Sesquicentenário da Independência, respectivamente nos anos de 1972 e 1973.

concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo” (Cordeiro, 2015, p.91). O conceito apresentado pela historiadora está presente em Daniel Aarão Reis Filho (2010), representante da corrente revisionista que se propõe, por meio de bases políticas e sociais diferenciadas, “identificar quem apoiou o golpe e, por imobilismo ou por apatia, colaborou para a sustentação e continuidade do regime” (Fico, 2017, p. 33). Desse modo, o historiador defende o uso do conceito para pensar as relações complexas entre as sociedades e os regimes autoritários ou ditatoriais. O autor também defende o uso do termo “ditadura civil-militar”, argumentando que os militares contaram com o apoio de importantes setores da sociedade civil, evidenciando que o *consenso* em torno do regime foi capaz de fortalecer seu suporte ou enfraquecer eventuais resistências.

Noutra via, Cordeiro também coloca em voga a noção de *consentimento*, como fundamental para entendermos as formas pelas quais a sociedade civil expressou seu apoio, ora de forma mais veemente com cidadãos empunhando bandeiras ou cartazes com dizeres patrióticos, ora de forma mais discreta, mas sempre com respeito à *História-Pátria* (Cordeiro, 2012).

No caso brasileiro, cabe também o emprego do conceito *zona cinzenta*, cunhado por Pierre Laborie (2001) e apropriado por Janaína Cordeiro, para analisar a conduta dos indivíduos comuns diante da ditadura, especialmente nas comemorações do Sesquicentenário. Os civis que se enquadrariam nessa zona eram aqueles que, sem resistir abertamente ao regime e sem vivenciar os benefícios do chamado “*milagre econômico*”, assistiam em silêncio e de forma passiva às celebrações da Independência, compondo o cenário das festividades (Cordeiro, 2011). Muitas vezes, esses civis eram atraídos para as ruas pelas campanhas publicitárias que exploravam sentimentos profundamente enraizados no imaginário coletivo brasileiro. Essa gama de comportamentos identificados por Cordeiro – incluindo o alheamento – poderia ser motivada tanto pela coerção quanto pelo *consentimento*, ambos contribuindo, ao final, para a consolidação de uma *popularidade simulada*.

De acordo com a brasilianista Maud Chirio (2001), por *popularidade simulada*, entende-se as estratégias usadas pelos regimes autoritários para criar uma ilusão de *consenso*. No contexto do Brasil, isso acontecia por meio das propagandas oficiais que exaltavam as conquistas do governo, como obras públicas e eventos nacionais, ou por meio da censura à mídia, que impedia críticas ao regime. Manifestações de apoio eram frequentemente fabricadas ou manipuladas para mostrar ao público – tanto interno quanto externo – que os militares eram

amplamente aceitos pela sociedade. Esse tipo de popularidade era construído artificialmente, como uma encenação destinada a manter o poder.

Outra estratégia utilizada pelo regime para fomentar o *consenso* durante essas celebrações foi a chamada *popularidade suscitada* (Chirio, 2001), compreendida a partir das ações que apelavam ao emocional ou ao patriotismo. Para alcançar esse objetivo, o governo recorreu à utilização da *História-Pátria* através de tradições preservadas do passado e *re-atualizadas* no presente (Cordeiro, 2012).

Segundo Demétrio Magnoli (1997), a *História-Pátria* apropriada pelos militares se valeu de figuras-chave para a construção de uma narrativa de luta e conquista. Datas como 21 de abril, marcada pelo martírio de Tiradentes, e 7 de setembro, celebrada como o dia da Independência, foram apropriadas como marcos simbólicos que unificavam a nação em torno de uma memória coletiva. Esse esforço buscava reforçar os laços daquilo que Benedict Anderson (2008) denominou como “*comunidade imaginada*” que, embora composta por indivíduos que não se conhecem pessoalmente, compartilham do sentimento de pertencimento a essa coletividade, sustentado por mitos, símbolos e narrativas históricas.

Nesse contexto, as celebrações do Sesquicentenário da Independência podem ser compreendidas como uma estratégia política para legitimar a ordem vigente. O regime militar, ao se apropriar da memória histórica, moldou-a de forma a atender aos interesses políticos do presente. Com base nos estudos de Fernando Catroga (1996), compreendemos que esse processo envolveu uma seleção criteriosa de memórias que reforçavam a narrativa oficial da Independência. Os elementos históricos que sustentavam essa memória foram amplamente exaltados, enquanto as memórias dissonantes, que poderiam questionar ou enfraquecer essa narrativa, foram silenciadas.

Esse silenciamento, no entanto, não significava o esquecimento dessas narrativas. Segundo Pollack (1989), o silêncio imposto funcionava como uma forma de conciliação tácita, permitindo a coexistência, ainda que subordinada, de narrativas divergentes. Por outro lado, o silêncio também representava o constrangimento diante da história oficial, refletindo as tensões entre a memória hegemônica e as experiências que não encontravam espaço nessa narrativa.

Assim, para se alinharem às celebrações dos 150 anos de Independência, algumas regiões com emancipações tardias adotaram medidas específicas. Entre essas, destaca-se a realização de “*ajustes cronológicos*” em suas histórias locais. Conforme Marcelo Galves (2021), por *ajuste cronológico* entende-se às ações implementadas por diferentes regiões para

harmonizar-se com as comemorações do Sesquicentenário, centradas sobre a memória de 7 de setembro de 1822. A exemplo disso, destacamos o estado do Maranhão.

Durante as comemorações, o Maranhão implementou medidas para integrar sua historiografia às celebrações nacionais. Uma dessas ações foi a reedição do livro “História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)”, de Luís Antônio Vieira da Silva, originalmente publicado em 1862; e a edição de “História da Independência no Maranhão”, de Mário Martins Meireles. Essas obras promoveram uma continuidade na narrativa das lutas pela “libertação” do Maranhão, e integraram o estado ao cenário mais amplo de celebrações focadas em setembro de 1822, em detrimento de julho de 1823, reforçando a unidade nacional. Simbolicamente, essa unidade foi também sacramentada pela peregrinação cívica dos restos mortais do imperador D. Pedro I, que estiveram em São Luís em julho de 1972 (Galves, 2021).

Essa iniciativa reflete a tentativa de harmonizar a memória local com a narrativa nacional, reforçando a identidade nacional e a participação do Maranhão no processo de Independência. Nesse sentido, tais especificidades, consideradas importantes e enriquecedoras para a *História-Pátria*, não se opunham nem se contradiziam, de acordo com o discurso oficial. Pelo contrário, contribuíam para engrandecer o glorioso passado nacional e compor um quadro mais amplo e complexo, no qual a figura de D. Pedro I e seu gesto heroico eram apresentados como símbolos de integração (Cordeiro, 2012). Esses são apenas alguns dos recursos acionados para incluir o Maranhão no cenário mais amplo das celebrações da Independência, promovidas pela ditadura civil-militar.

Desse modo, esta monografia pretende contribuir para os debates sobre as comemorações do Sesquicentenário da Independência no\do Maranhão, realizadas nos anos de 1972 e 1973. A metodologia adotada incluiu a leitura de referências bibliográficas relevantes para o tema, inicialmente exploradas durante os anos de iniciação científica/PIBIC e agora ampliadas. Em diálogo com essa bibliografia, as fontes utilizadas incluem a análise das edições do impresso *Jornal Pequeno* (1972-1973)³, com o intuito de apreender os graus de consenso expressos a partir do jornal.

Por meio dessa abordagem, destacamos o papel ativo da imprensa na esfera pública, como agente participativo, sendo capaz de moldar opiniões, disseminar ideologias e influenciar os rumos das dinâmicas históricas (Darnton e Roche, 1996). Ademais, outra fonte utilizada para a realização deste trabalho foi o Fundo Sesquicentenário, uma evidência clara da intenção dos militares de preservar a memória das comemorações da Independência do Brasil e, ao mesmo

³ As notícias catalogadas no jornal durante toda pesquisa, encontram-se disponíveis nos apêndices.

tempo, realizar uma autocelebração voltada às futuras gerações. Interessa-me, especialmente a Pasta 13, destinada ao Maranhão, disponível no acervo da Comissão Executiva Central e preservado no Arquivo Nacional⁴.

O primeiro capítulo analisa como o imaginário nacional, vinculado ao contexto do “milagre econômico”, foi estrategicamente utilizado pela ditadura civil-militar para construção das comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972, a fim de legitimar seu projeto de poder. A evocação de símbolos, heróis como D. Pedro I e Tiradentes, e a espetacularização da História foram algumas das estratégias do governo para conferir popularidade às celebrações. A narrativa oficial enfatizava a *integração nacional*, silenciava os conflitos sociais, e alinhada ao contexto econômico, apresentava o regime como guardião da ordem e do progresso.

Focado no Maranhão, o segundo capítulo aborda como a adesão tardia da província ao Império foi ajustada a narrativa nacional. Por meio de documentos e reportagens do *Jornal Pequeno* e do Fundo Sesquicentenário, evidencia-se como o estado contribuiu para as celebrações, adaptando suas especificidades históricas à memória oficial imposta pelo governo militar. O capítulo destaca eventos locais, como a chegada dos restos mortais de D. Pedro I a São Luís, atividades promovidas pela Comissão Executiva Estadual (CEE's) e organizações civis, além de explorar como as memórias regionais divergentes foram revisitadas e ajustadas para harmonizar com a história nacional/oficial.

O terceiro capítulo versa sobre o segundo Sesquicentenário do Maranhão, ocorrido em 1973. Nele são abordadas as memórias que outrora haviam sido silenciadas nas celebrações de 1972. Reinterpretação e desajustes no ano seguinte, buscaram resgatar a memória do 28 de julho, data que marcava a adesão do Maranhão em um contexto mais conciliador e alinhado ao discurso político da época. As celebrações de 1973 também exaltaram realizações econômicas e estruturais, como o Porto do Itaqui e a Transamazônica, que simbolizavam a integração do Maranhão ao desenvolvimento nacional.

⁴ A pasta referente ao Maranhão encontra-se digitalizada e disponível no banco de dados do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (Nemo).

Capítulo 1: O Sesquicentenário como lugar de memória da Independência do Brasil

Marco por excelência da memória nacional, a Independência do Brasil, em 1822, segue sendo um dos temas mais revistados pela historiografia brasileira. A temática torna-se ainda mais procurada em tempos de celebrações oficiais, que tem por primazia o uso de narrativas unificadoras e edificantes, próprias de um passado nacional comum, sacramentada nos mitos de origem (Galves, 2021).

Como lugar de memória fundacional da nação, a Independência do Brasil tem sido apropriada de forma recorrente para a legitimação do presente, uma vez que, ao evocar símbolos e signos nacionais, muitas vezes ligados a um passado glorioso ou a uma missão coletiva, o sentimento de pertencimento dos membros da nação é acionado (Anderson, 2008). Isso se evidenciou durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência, ocorridas no ano de 1972, sob o governo do general presidente Emilio Garrastazu Médici (1969-1974).

Ao mobilizar heróis e marcos nacionais, o regime militar soube acionar sentimentos profundamente arraigados no imaginário coletivo brasileiro, construindo um consenso social em torno da ditadura e silenciando as vozes dissonantes que resistiam em meio a violência exacerbada (Cordeiro, 2012).

Os usos da História-Pátria nesse contexto político específico, combinava nacionalismo e autoritarismo; civismo e ditadura; crescimento econômico e desigualdade social; violência e festa, pares fundamentais para a difusão da ideia de que o regime militar era o guardião da nação, da ordem e do progresso, valores que, segundo a propaganda oficial, estavam na base da Independência (Cordeiro, 2023).

Os eventos que marcaram o Sesquicentenário foram cuidadosamente planejados pelos militares e contaram com amplo apoio de importantes setores da sociedade civil, que ajudaram na construção do projeto de nação celebrado durante a festa. Ao rememorar certos aspectos do passado e silenciar outros, a ditadura construiu uma narrativa que legitimava sua visão autoritária e anticomunista, e reforçava os esforços empreendidos para consolidar o apoio popular ao governo, mesmo diante das críticas e resistência interna.

Embasados nisso, defendemos que as comemorações do Sesquicentenário da Independência representaram mais do que uma festa de celebração do passado: elas exaltaram o presente, refletindo os “anos de ouro” do crescimento econômico e a “manutenção da ordem” promovida pela ditadura civil-militar (Cordeiro, 2012).

Fevereiro de 1972. A essa altura o *Hino do Sesquicentenário da Independência*, composto por Miguel Gustavo Werneck⁶, já tocava em todas as emissoras de rádio e televisão do Brasil. A letra do hino sintetizou, em poucos versos, os tópicos da grandiosidade, democracia racial, integração nacional e o sentimento otimista que pairava sobre o espírito de parte da nação. O Brasil descrito por Miguel Gustavo era o país do milagre, o *Brasil Potência* de amor e paz.

Rapidamente, a letra tornou-se popular, afinal, para além de enaltecer a brasilidade, a música era um convite à comemoração. Comemoração dos 150 anos de Independência política da nação. Uma celebração que se tratava de um “*marco extraordinário*” da nossa história, uma festa da união nacional em torno do “*Brasil Grande*” (Cordeiro, 2012, p. 115). Era preciso celebrar esse Brasil, e não apenas os feitos de seu passado glorioso, mas também a chegada de um *novo tempo*, marcado pelo desenvolvimentismo nacional.

De certa forma, os prenúncios de Stefan Zweig em seu livro “Brasil, país do futuro”⁷ pareciam estar corretos. O país de exuberância natural, tamanho continental e riquezas minerais, tornara-se o *país do futuro*. E o Brasil do Futuro era uma nação forte, desenvolvida e integrada. Ao menos era esse o conjunto de representações que seria utilizado pela ditadura civil-militar (Cordeiro, 2012).

A propaganda política do governo Médici, produzida pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), sob a chefia do Coronel Octávio Costa⁸, priorizou mensagens de cunho otimista com base na materialidade histórica, ou seja, a vocação inevitável do Brasil ao sucesso devido a sua grandeza natural. Contudo, essa perspectiva otimista - que não fora inventada pela ditadura - seria agora ressignificada a partir da atmosfera política do crescimento

⁶Miguel Gustavo Werneck faleceu em janeiro de 1972, antes do *Hino do Sesquicentenário da Independência* ser gravado (Cordeiro, 2012, p.115). Ainda em vida, Miguel Gustavo foi responsável pela composição de inúmeras músicas de cunho nacionalista, como: “*Pra frente, Brasil!*” hino do tricampeonato brasileiro de futebol em 1970; “*Brasil, eu adoro você*”, música da semana da Pátria de 1970; e a marcha feita em homenagem à rodovia Transamazônica: “*O Brasil já está na estrada/ na grande jogada da integração/ batalha sem metralha/ na floresta toda em festa/ sobre a pista da conquista/ o futuro da ação*” (ALONSO, 2011).

⁷ Stefan Zweig nasceu em Viena, mas mudou-se para o Brasil durante a segunda guerra mundial. Na década de 1940, escreveu o livro “*Brasil, país do futuro*”, fundamentado na corrente otimista sobre o país. O livro encontra-se disponível em: [Brasil, País do Futuro - Stefan Zweig PDF Grátis | Baixe Livros~](#).

⁸ Octávio Costa nasceu em Alagoas em 1920. Formou-se na Escola Militar do Realengo no ano de 1942. Em 1964, já como tenente-coronel, passou a servir na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme). Antes de assumir a chefia da Aerp, foi assistente do general Orlando Geisel no Estado-Maior do Exército, e de 1968-1969, comandou o Centro de Estudos de Pessoal. Apesar de ter uma carreira inteiramente ligada ao militarismo, Carlos Fico destaca que Octávio Costa não era um militar “típico”, em função de seu refinamento intelectual. O coronel conhecia muito da literatura e poesia brasileira, chegando a usar em seus discursos uma “linguagem quase poética”. Também redigiu textos para o presidente Costa e Silva, e escreveu uma série de crônicas para o *Jornal do Brasil* intitulada *Uma palavra de concórdia numa hora de discórdia*. Além disso, o coronel chegou a comandar o CEP - instituição de ensino militar voltada para a formação de profissionais militares. Somente no início do governo Médici, Octávio Costa assumiria a chefia da AERP (Fico, 1997, p.98-99).

econômico. Uma espécie de reinvenção da tradição otimista sustentada pela conjuntura econômica e pelo amplo repertório de elementos simbólicos. De acordo com Carlos Fico:

Tais perspectivas positivas sempre retornam em fases de alguma estabilidade econômica e/ou política - justamente porque não são simples *instrumentalizações* ideológicas, e sim porque se fundam num imaginário secular que não é todo imotivado nem desconectado do “poder efetivo”. Assim, não surpreende que **o contexto do “milagre econômico” tenha sido propício ao desenvolvimento da retórica sobre a “grandeza viável e tangível” do Brasil**. Bastava ter olhos para ver: “a vocação de grandeza do Brasil” seria justificada facilmente pelos dados ao redor, pela dimensão concreta, natural, do país: não era uma utopia. Nesse sentido, o Golpe de 64 deveria ser entendido por todos como o marco de um novo patamar temporal, qualificado e legitimado pelas conquistas que ia obtendo (Fico, 1997, p.77, grifo meu).

Desse modo, Octávio Costa teria inaugurado uma nova modalidade de propaganda política, diferente daquela que havia sido produzida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Getúlio Vargas. A propaganda da AERP pautava-se na impessoalidade e na preocupação em não transparecer doutrinar. Assim, os filmes da AERP “tratavam de questões comuns, acessíveis, e eram tecnicamente bem trabalhados [...] aspectos do cotidiano do homem brasileiro e que lhe são caros, como a vida em família, o carnaval, o futebol etc” (Fico, 1997, p. 103). Era uma propaganda modernizada pelo sistema de telecomunicação, e amparada em: valores morais, como o amor e a solidariedade; questões de utilidade pública, como campanhas de trânsito; e reafirmação da grandeza perene do crescimento econômico da nação.

Durante a década de 1970, o Brasil viveu considerável aumento do PIB⁹, ocasionado pelo processo de expansão do mercado interno e da entrada maciça de capital estrangeiro, “era o chamado ‘*Milagre Econômico Brasileiro*’” (Cordeiro, 2009, p. 43). Na esteira desse processo, o país também vivia um palpitante quadro de realizações de cunho modernizante, sobretudo, na área da construção civil:

Milhares de imagens de canteiros de obras, de radicais intervenções na paisagem natural, de construções de usinas, estradas e barragens foram divulgadas por todo o país [...]. E colaboraram para a *reinvenção do otimismo*, para consolidar e ressignificar a convicção de que vivíamos uma época superadora do atraso [...] (Fico, 1997, p. 84).

O “*milagre econômico*” animava, em especial, os setores médios da sociedade brasileira. A abertura do leque salarial facilitou o acesso da classe média aos bens de consumo duráveis como, por exemplo, a obtenção de crédito para o financiamento da casa própria, a compra do

⁹ Para os economistas Ricardo Barone, Pedro Bastos e Fernando Mattos, a economia brasileira obteve desempenho significativo durante o período JK. Contudo, não teria sido tão expressivo quanto o que ocorrera no chamado milagre econômico. “No período JK (entre janeiro de 1956 e janeiro de 1961), o PIB teve um crescimento médio real de cerca de 8,0% ao ano, enquanto durante o Milagre, o PIB real anual teve um crescimento médio de 11%; no que se refere ao PIB per capita, porém, a diferença entre os dois períodos é maior: cerca de 4,8% ao ano, em média, sob JK e cerca de 8,2% ao ano 1967 e 1973” (Barone; Bastos; Mattos, 2015, p. 2).

tão desejável automóvel e da tevê a cores. Para essa parcela da sociedade, “*foram anos de ouro*” (Cordeiro, 2009, p.89).

Contudo, para a “classe média intelectualizada”, as imagens de progresso e o espírito de otimista divulgado através da propaganda do governo em nada pareciam refletir o momento político que vivia o Brasil. Para essa parcela da classe média que se reuniu para torcer contra a seleção brasileira na final do campeonato mundial de futebol de 1970¹⁰, eram anos de chumbo, intensificados pela promulgação do Ato Institucional nº 5, o AI-5¹¹ (Almeida; Weiss, 1998).

Naquela conjuntura, torcer contra a seleção brasileira – ou ao menos não expressar publicamente uma torcida favorável – significava torcer contra o regime golpista. Consistia em não apoiar as práticas repressivas contra os grupos oposicionistas, armados ou desarmados. Tratava-se também de compreender que o *boom* da economia brasileira não beneficiava a todos, pelo contrário, a concentração de renda nas mãos de uma elite econômica tornou ainda mais visível a desigualdade social e contribuía para o aumento da dívida externa do Brasil¹². Segundo Nadine Habert:

Na realidade, o crescimento da economia brasileira entre 1969 e 1973 nada tinha de milagroso. O período Médici representou a expansão capitalista nos moldes que já vinham se delineando, contando com bases econômicas e políticas anteriormente implantadas [...] O que se convencionou chamar de “milagre” [estava sustentado] no aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às mais duras condições de trabalho e à repressão política [...] (Habert, 2006, p. 13-14).

Assim, se por um lado existiram àqueles que sofreram as duras penas da ação da ditadura, havia também os que festejavam o triunfo daqueles anos de golpe. Na via de mão dupla da sociedade brasileira dos anos de 1970, à oposição à ditadura se fazia nos mais diversificados segmentos, em setores dos meios universitários, imprensa, igreja, organizações sindicais, teatro,

¹⁰ Com a conquista da Copa do Mundo de 1970, a relação entre futebol e política tornou-se ainda mais simbólica. Isso porque o governo militar utilizou-se do sucesso da seleção como ferramenta para propagação do nacionalismo e legitimação do regime. Além disso o triunfo da seleção brasileira também serviu de cortina de fumaça para desviar a atenção da população das práticas repressivas e das crescentes desigualdades sociais (Almeida; Weiss, 1998).

¹¹ Desde a instauração do AI nº 5, em dezembro 1968, o uso de práticas repressivas contra os “inimigos” do governo tornou-se ainda mais evidentes. Para Ana Fernandes, esse período no Brasil pode ser encarado como consequência da “maturação de um processo que, paulatinamente, tendia ao aumento do uso da violência e da força, foi o período da generalização das práticas repressivas como torturas, sequestros, assassinatos e desaparecimentos (Fernandes, 2010, p.162).

¹² A entrada maciça de capital, seja em forma de empréstimos ou investimentos, contribuiu, drasticamente, para o crescimento do endividamento externo do Brasil. De acordo com Nadine Habert, “Bilhões de dólares foram tomados emprestados no exterior para sustentar a política financeira, os subsídios, os financiamentos das estatais e das empresas privadas, os projetos faraônicos, os custos das importações, o pagamento dos juros e *royalties*. Por conta das garantias proporcionadas pelo regime político e pela certeza de lucros fabulosos, os bancos internacionais tinham dado ‘sinal verde’ à liberação de crédito ao ‘País do Milagre’” (Habert, 2006, p.17). Em 1972, o Brasil tornou-se o maior tomador de empréstimos do Export Import Bank dos Estados Unidos e maior nação devedora do Banco Mundial.

músicas, cinema, além da resistência armada¹³; já as manifestações de apoio à ordem instalada, por vezes, ultrapassavam as fronteiras da vida privada e ganhavam às ruas do Brasil.

Consagrar a memória social desse período através de um único olhar nos impossibilita enxergar a complexidade de comportamentos sociais existentes e a relativa fluidez de posicionamentos no período ditatorial. Em consonância como esse pensamento, Janaína Cordeiro defende que:

[...] a simples oposição entre *Estado opressor* e uma *sociedade vitimizada* encobre uma série de atitudes que permitem entender as lógicas pelas quais o regime se sustentou por 21 anos. Significa também perceber que entre a recusa das práticas empregadas pelo Estado e a *resistência*, de um lado, e a simpatia e o apoio manifestado ao regime, do outro, existia também a *indiferença* e/ou os que alegavam e alegam *nada saber* [...] (Cordeiro, 2009, p. 91).

Ao fim e ao cabo, os múltiplos comportamentos acabaram por contribuir para o *consenso* social em torno da ditadura civil-militar, sobretudo, em tempos de celebrações oficiais como as do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Durante os cinco meses em que ocorreram as comemorações, a ditadura desfrutou de expressiva popularidade junto à sociedade civil. Popularidade “suscitada” através da recuperação de elementos presentes no imaginário coletivo, como valores cívicos, heróis do passado, conquistas do presente e perspectivas sobre a construção do futuro. Para além da popularidade suscitada, há também nas comemorações a popularidade “simulada”, representada pela participação de civis que contribuíram para os festejos do Sesquicentenário, o que serve para reafirmar o *consenso* nas comemorações (Chirio, 2001).

1.2 Panorama das comemorações do Sesquicentenário da Independência (1972)

Passados dois anos no governo, em 31 de dezembro de 1971, o então presidente Emílio Garrastazu Médici despedia-se do ano velho e anunciava a chegada do ano novo à nação brasileira com uma mensagem bastante otimista:

Entramos em 1972 com todas as condições internas para manter esse ritmo ascendente de crescimento[...] com todos os mecanismos econômicos ajustados e com padrões de segurança necessária ao progresso, para ter, com a ajuda de Deus e com o esforço do povo um ano igual ou melhor [...] Voltando-me para o futuro, pressinto sempre maior a contribuição brasileira para os destinos do mundo. Vejo a continuidade e a

¹³ No período de 1969 a 1972, “desdobraram-se as ações da guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos, ataques a quartéis, cercos e fugas, sequestros de embaixadores. Os revolucionários chegaram a ter momentos fulgurantes, mas, isolados, foram cedo aniquilados. Na sequência, entre 1972 a 1975, seria identificado, caçado e também destruído um foco guerrilheiro na região do Araguaia, na fronteira do Pará, Maranhão e Goiás, reunindo algumas dezenas de guerrilheiros, na tentativa mais consciente da esquerda revolucionária” (Reis, 2000, p. 52).

ampliação de nosso caminho de entendimento, de vida independente, a emancipação econômica do sonho dos inconfindentes (apud Almeida, 2009, p.62)¹⁴.

Sob a promoção de uma narrativa que exaltava a chegada de um *novo tempo*, inaugurado desde a instauração do golpe militar em abril de 1964, o discurso do general possuía um significado extremamente importante para a base ideológica do projeto militar: O Brasil trilhava o rumo certo.

Não se tratava mais de mera utopia, havia sim, um *milagre*¹⁵, “aliás, mal chamado milagre, por que era, afinal, ‘explicável’, a ‘resultante certa de componentes adequados’” (Cordeiro, 2012, p.17). Assim, Médici ao se despedir do ano velho anunciava que 1972 seria um ano de grandes comemorações, alusivas aos 150 anos de Independência política do Brasil. Era o ano do Sesquicentenário, uma celebração da *integração nacional*, em torno do *Brasil Grande*.

De acordo com o livro relatório¹⁶ das comemorações, as festas do Sesquicentenário deveriam ser grandiosas, fazendo “jus ao palpitante quadro de realizações brasileiras” (Corrêa, 1972). Ainda em 8 de outubro de 1971, o governo federal sancionou o decreto de nº 69.344, que estabeleceu a criação da Comissão Nacional, designada para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário:

Em outubro de 1971, o presidente Emílio Garrastazu Médici instituiu uma comissão nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil [...] Era o início dos preparativos da maior festa cívica realizada sob a ditadura (Cordeiro, 2011, p. 1).

O texto do decreto deixava claro: as comemorações deveriam ser um verdadeiro espetáculo cívico-patriótico, estendidas por todo território nacional, contando com a presença

¹⁴ Mensagem ao povo brasileiro, no limiar do ano novo, transmitida, por rede nacional de rádio e televisão, na noite de 31 de dezembro de 1971 (Nosso caminho, 1972, p.75 apud Almeida, 2009, p. 62).

¹⁵ O chamado “milagre econômico” do Brasil estava sustentado no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), implantado ainda durante o governo do general presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967), como medida política para acelerar o desenvolvimento econômico do país até o biênio de 1965-1966. O PAEG estabeleceu as bases para a política econômica que se seguiu nos governos militares subsequentes. Durante o governo de Emílio Médici (1969-1974) as reformas estruturais tiveram continuidade com uma abordagem mais agressiva. Antônio Delfim Neto, então ministro da Fazenda do governo, defendia um modelo de crescimento econômico baseado em grandes investimentos públicos e infraestrutura, expansão industrial e atração de capital estrangeiro. Sob sua direção, o Brasil experimentou um período de crescimento econômico rápido, conhecido como “milagre econômico”. Contudo, a longo prazo, essa política econômica contribuiu para o endividamento externo e a intensificação da desigualdade social (Gianassi, 2011).

¹⁶ O livro relatório “As comemorações do Sesquicentenário” foi elaborado pelo presidente da Comissão Executiva Central (CEC), Antônio Jorge Corrêa, com o objetivo de integrar a *Biblioteca do Sesquicentenário*, destinada a preservação da memória das comemorações (Sosnoski, 2013).

de todo povo brasileiro e com a colaboração de todas as entidades representativas do progresso da nação. Seria uma festa para recordar os 150 anos de soberania do Brasil (Corrêa, 1972).

Logo em seguida, por meio do decreto de nº 69.922, de 13 de janeiro de 1972, foi criada a Comissão Executiva Central (CEC), incumbida de coordenar e dirigir as comemorações do Sesquicentenário. A CEC foi presidida pelo então general de exército Antônio Jorge Corrêa. Além disso, a integraram outros membros do exército e sociedade civil, como Ministério da Justiça, da Marinha, das Relações Exteriores, Educação, Cultura e Aeronáutica, e os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Conselho Federal de Cultura (CFC), das associações de emissoras de rádio e televisão (Almeida, 2009).

Coube à CEC a organização do evento de abrangência nacional, “a escolha das datas, dos heróis e dos grandes acontecimentos do passado que deveriam ser recuperados” (Cordeiro, 2012, p.17). Ficou estabelecido que as celebrações oficiais seriam condensadas em uma faixa de tempo com duração de cinco meses, iniciadas em 21 de abril, dia de Tiradentes, através de um grande Encontro Cívico Nacional, e finalizadas no dia 7 de setembro, data memorial da Independência do Brasil (Corrêa, 1972).

A festa oficial incluía também eventos como: concursos de monografias sobre a Independência; competições militares; shows artísticos; exposições; corrida da integração nacional – com o fogo simbólico; inauguração de trechos da Rodovia Transamazônica; realização dos jogos da Taça Independência, a “minicopa” – um campeonato internacional de futebol, que reuniu diversas seleções do mundo; e a publicação de uma Biblioteca do Sesquicentenário.

A criação da Biblioteca do Sesquicentenário da Independência aconteceu em parceria com o IHGB. A CEC destinou ao IHGB o total de Cr\$ 400.000.00 (quatrocentos mil cruzeiros) “para fins de edição e coedição de obras e documentos alusivos à Independência do Brasil” (Corrêa, 1972, p.109). De acordo com Thaisy Sosnoski, as obras que constituíram a Biblioteca falavam de dois tempos: 1822 e 1972; “desta forma, além de estruturar um discurso sobre o acontecimento comemorado (Independência), a Biblioteca também tinha como função legitimar o poder vigente à época das comemorações” (Sosnoski, 2013, p.7).

Inicialmente, a Biblioteca contou com dezesseis obras¹⁷. Após o fim das comemorações outros livros foram integrados, como os 4 volumes da obra “História da Independência”

¹⁷ Foram estas as obras que integram a Biblioteca do Sesquicentenário: D. Pedro I Proclamações, cartas e artigos de Pedro Calmon; José Bonifácio: A Visão do Estadista, Alfredo Buzaid; Itinerário da Independência, Eduardo Canabrava; História do Império: A elaboração da Independência, Tobias Monteiro; Diário do Capelão da Esquadra Imperial comandada por Lord Cochrane, Frei Manoel Moreira da Paixão e Dóres; História da Independência do

organizados por Josué Montello (Corrêa, 1972). Aos intelectuais que atuaram na composição da Biblioteca foi dada a missão de estruturar a memória oficial que seria transmitida no presente e para as gerações futuras sobre as celebrações dos 150 anos da Independência do Brasil.

Além dos eventos oficiais, que trataram de conferir sincronia às comemorações, também foram realizados eventos que envolviam associações de bairros, comunidades acadêmicas, sindicatos, escolas e seus alunos. O intuito era impregnar as celebrações em todos os aspectos da vida social dos brasileiros. Para tanto, a partir da organização da CEC, foram criadas Comissões Executivas Estaduais (CEE's), responsáveis pela programação de seus respectivos estados, respeitando as datas, heróis e particularidades de cada região do país (Cordeiro, 2012).

1.2.1 A espetacularização da História

Sete de Setembro \ foi selada a nossa sorte\ as margens do Ipiranga \ um novo grito ecoou\ independência ou morte, para esse povo de valor [...]
Mil novecentos e setenta e dois, engalana o Brasil\ comemorando a existência de cento e cinquenta anos de independência\ vamos cantar e exaltar, o nosso herói d'além mar\ salve o grande brasileiro\ D. Pedro I, D. Pedro I, D. Pedro I [...]¹⁸.

Em 21 de abril de 1972, às 18h30, foram iniciadas as celebrações do Sesquicentenário, através de um grande Encontro Cívico Nacional que colocou “em louvor à memória de Tiradentes” (Cordeiro, 2012, p.130), personagem transformado em herói nacional ainda durante a gênese da República (Carvalho, 1990). O retorno à memória de Tiradentes, a princípio, soou para alguns como uma espécie de *desnaturalização* das consequências causadas pela Inconfidência Mineira. Outros, não olharam com bons olhos a associação da imagem de Tiradentes à de D. Pedro I, como heróis de progressão linear da Independência¹⁹.

Contudo, para aqueles responsáveis em organizar o calendário das comemorações, o dia de Tiradentes não ficaria de fora da maior festa cívica já realizada pelo governo militar. Há uma

Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, Adolfo Varnhagen; História do Exército Brasileiro- Perfil Militar de um Povo, Francisco Ruas; A Iconografia do Meio Circulante do Brasil, S. dos Santos Trigueiro; O Ferro na História e na Economia do Brasil, Edmundo Macedo Soares; Pioneiros da cultura do café na era da Independência, Gilberto Ferrez; Opera Omnia, de Oswaldo Cruz; Dragões da Independência- Tradição e História, Alcides Tomaz de Aquino Filho; As Quatro Coroas de D. Pedro I, Sérgio Correa da Costa; A Independência na Imprensa Francesa, Aurélio de Lyra Tavares; Uma filha de D. Pedro- D. Maria Amélia, Sílvia Lacerda Martins de Almeida; As Comemorações do Sesquicentenário, Antônio Jorge Correa (Sosnoski, 2013).

¹⁸ A música “Sete de Setembro” foi gravada por Jair Rodrigues em 1972, servindo de trilha sonora do *Encontro Cívico Nacional*, que marcou o início das comemorações do Sesquicentenário (Alonso, 2011). Disponível em: <https://open.spotify.com/track/4Nd507RmCPSHLpCk0skuVb?si=OALb6PnkSsWKfWifESYDaw>

¹⁹ Brasil Gerson, em carta publicada no jornal *O Globo*, manifestou sua insatisfação quanto à associação entre a Inconfidência Mineira e a Independência, como se uma fosse a continuação natural de outra (Cordeiro, 2012, p.99).

explicação lógica para isso: a figura de Tiradentes fazia parte de uma tradição nacionalista, vivificada na memória popular. Tiradentes era, portanto, o *proto mártir*, o primeiro herói que teria lutado pela Independência. Logo, para os fins que a ditadura desejava alcançar, a rememoração do primeiro herói era indispensável:

[...] heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. **São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto dos seus heróis e tenha seu panteão cívico.** Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante (Carvalho, 1990, p.55, grifo meu).

Evidentemente, ao rememorar Tiradentes, a ditadura tratou de “reinventar” sua imagem. Deixou-se de lado o status de subversor do Antigo regime, dando destaque para a condição de “*totem cívico*”, herói nacional levado à força, sacrificado por amor a uma ideia. A brasilianista Maud Chirio (2010) destaca que o passado raramente é apresentado sob a forma de uma narrativa coerente: é, antes de tudo, configurado como representante das exigências do momento. Tiradentes, ao ser memorado nas festas de 150 anos da nação, fora lembrado como um exemplo de virtudes que combinavam com a nova ordem instaurada.

Todavia, coube a D. Pedro I o título de *herói* principal do Sesquicentenário, conforme nos lembra Janaína Cordeiro:

Naquele momento, o principal herói nacional era mesmo o Imperador, D. Pedro I - herdeiro do trono português -, **capaz de fazer a ligação entre ex-metrópole e ex-colônia; entre presente e passado; entre independência política e independência econômica. Em suma, um Imperador militarizado, o chefe militar, autoritário, enérgico, muito semelhante àqueles que, então, governavam a Pátria.** Naquele momento, o importante era consagrar como herói a figura que transpirava autoridade, poder de mando e comando. A escolha do Imperador, fazia assim, o elogio da autoridade que no passado, da mesma forma como acontecia no presente, não havia sido eleita, mas era aceita (Cordeiro, 2012, p.102, grifo meu).

A imagem de D. Pedro I atendia com perfeição às necessidades e aspirações do governo militar. O Imperador refletia a personalidade e o comportamento valorado para o momento, afinal, “herói que se preze tem que ter, de algum modo, a cara da nação” (Carvalho, 1990, p.55). Dessa forma, em 1972, a imagem de D. Pedro fora relida e militarizada. Sua origem portuguesa ditava e reafirmava os laços da comunidade luso-brasileira²⁰. D. Pedro I seria, portanto,

²⁰ As comemorações do Sesquicentenário foram tomadas como um momento oportuno para uma aproximação com Portugal, que vivia a ditadura salazarista. E, para além de reforçar os laços da “comunidade luso-brasileira”, Fernando Catroga, destaca que a participação de Portugal nos festejos do Sesquicentenário do Brasil “deve ser compreendida tendo em vista o momento de contestação pelo qual passava o Império português dentro das próprias colônias ‘pretendia demonstrar que a negação do reconhecimento do direito à independência das Colônias em luta

lembrado como o responsável por promover a separação política entre Brasil e Portugal, sem grandes rupturas. O *herói* da Independência do Brasil era também D. Pedro IV de Portugal e, nas palavras do então presidente português Américo Thomaz, o Imperador era: “cidadão de duas nações, símbolo de tão altos valores, herói comum de duas pátrias”²¹ (Corrêa, 1972, p.12).

Sendo assim, nada mais justo do que a repatriação do *herói* libertador da nação brasileira, no ano em que esta celebrava seu Sesquicentenário. Como símbolo indiscutível de coesão entre as duas nações, Portugal cedeu a guarda dos despojos do Imperador ao Brasil. No entanto, seu coração permaneceria na cidade de Porto, ratificando os laços da comunidade luso-brasileira (Corrêa, 1972).

O retorno de D. Pedro ao Brasil não poderia ser em data diferente: 22 de abril. A data tinha consigo o peso simbólico que marcava a chegada dos portugueses à América:

[...] a escolha do 22 de abril como data escolhida para a chegada de D. Pedro I não era fortuita. Ao contrário, possui crucial significado simbólico para entendermos o tipo de reconstrução do passado que se tentou empreender nas festas de 1972. A celebração do laço de amizade com o colonizador foi uma constante que perpassou toda a comemoração do Sesquicentenário da Independência. Nesse sentido, o 22 de abril, quando se rememora a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral em 1500, é muito representativo desta celebração[...] privilegiava-se, portanto, uma visão da história na qual ao invés de considerar 1822 a ruptura do laço com o colonizador estabelecido em 1500, destacavam-se os aspectos de continuidade entre as duas datas, favorecida pelas especificidades do processo de independência brasileiro, conduzido pelo próprio herdeiro do trono português (Cordeiro, 2012, p. 66-67, grifo meu).

Para além da validação dos laços de amizade entre antiga colônia e metrópole, a volta do Imperador ao Brasil tinha como principal missão a reafirmação do processo de *integração nacional*, garantida no presente pelo governo militar, e assegurada no passado por D. Pedro na manutenção territorial do Império.

E não foram poucos os signos e símbolos do passado imperial presentes na volta do Imperador. Durante os cinco meses que sucederam aquele abril, os despojos imperiais percorreram todo território nacional em uma espécie de ritualização fúnebre em espaço público, regado pela pompa e ostentação, que em muito lembrava o que ocorria durante os desfiles imperiais. A peregrinação cívica teve seu início na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital imperial, cidade que viu D. Pedro crescer e o aclamou como imperador em 12 de outubro de 1822 (Kraay, 2010). Cerca de 10 a 12 mil pessoas assistiram com atenção o regresso do

não era questão de princípio, mas de fato, pois insinuava-se que aquelas, afinal, ainda não reuniam as condições necessárias para serem novos ‘Brasis’ em África” (apud Cordeiro, 2012, p.64).

²¹ O discurso foi proferido por Américo Thomaz na solenidade de entrega dos restos mortais de D. Pedro I, se encontra disponível no relatório do presidente da Comissão Executiva Central, general Jorge Corrêa.

Imperador. Do Rio de Janeiro, os restos mortais seguiram para Porto Alegre, dando prosseguimento ao processo de *integração nacional* (Cordeiro, 2012).

Em todas as capitais do Brasil por onde os despojos do Imperador passaram, o procedimento ritualístico fora igual: a urna imperial era transportada por um avião C-115 da Força Aérea Brasileira (FAB), com horários previamente estabelecidos. Além da urna, a aeronave transportava o representante da CEC e a comitiva do governador que faria a entrega oficial dos restos mortais de um estado para o outro. O sentido de *união nacional* era atingido mediante a passagem dos despojos (Corrêa, 1972). Os restos mortais eram entregues em atos públicos, e os governadores envolvidos na solenidade deveriam proferir pequenos discursos. Na sequência, a cerimônia de passagem seguia com a execução do Hino Nacional (Cordeiro, 2012).

Reunidos em um mesmo lugar, em uma só voz, os brasileiros entoavam o Hino Nacional e saudavam a presença do Imperador. Isso se seguiu por todas as partes do Brasil por onde os despojos imperiais passaram. Compartilhando dessa experiência os cidadãos reconheciam-se como parte de algo maior, de uma coletividade que possuía um passado em comum, representado por D. Pedro e os símbolos da nação (Anderson, 2008).

O encerramento das festas do Sesquicentenário se dera no dia 7 de setembro, data máxima da Independência do Brasil. O local escolhido não poderia ser outro que São Paulo, no Monumento do Ipiranga, que abrigaria a partir de então os despojos imperiais. Nas palavras de Cecília Salles, o Monumento do Ipiranga é “o lugar ‘memorável’ da proclamação da Independência do Brasil” (1995, p.195). Logo, o sentido de espetacularização histórica só estaria completo com o retorno do *herói* ao local que teria sido conclamado o grito de “*Independência ou Morte*”. Conforme o discurso proferido por Pedro Calmon²²:

Nos fulgores da apoteose, há o simbolismo formidável do retorno. **Para que se completasse, cento e cinquenta anos depois, a grande cena, tínhamos de convocar o Personagem. Nesta colina, às “margens plácidas”, construiu-se o Monumento.** Nele restava cumprir o voto; honrar a oferenda; realizar a promessa; [...] pediu o Brasil; correspondeu-lhe Portugal. Pela palavra emocionada dos presidentes, falaram as gerações. Os motivos da solicitação e as razões do atendimento ultrapassaram os antecedentes de cortesias entre as nações; servirão de modelo à comunidade dos povos. Desejaram os brasileiros, permitiram os portugueses, que as relíquias do Príncipe se viessem incorporar na paisagem impregnada de seu idealismo. **Para que ele voltasse, redivivo, o Herói jovem que comandou no Dia alegórico [...] A Independência é o divino instante do encontro. [...] aqui se encontram o passado e o futuro;** as fontes e as forças da raça; as raízes e as inspirações da nacionalidade. Forjara-se, luso-brasílica, nos moldes bandeirantes da conquista da terra[...] São momentos mágicos que vivem as nações; [...] É com este sentimento respeitoso que vemos romper a multidão que o aclama- **o Príncipe, que tinha no Ipiranga o seu**

²² À época das comemorações Pedro Calmon era presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e presidente da Subcomissão de Assuntos Culturais da Comissão Executiva Central.

encontro marcado com o Brasil. Idealizamo-lo como os paulistas há 150 anos, garboso na montaria indócil, espada em punho, modelo arrogante da estátua que lhe perpetuaria o gesto, na hora certa, em que Deus e a História, num semicírculo de metais e ovações, a guarda de honra- lhe ouviram o “grito” “Independência ou Morte”. **Esta cerimônia exclui a morte. É a comemoração da vida. Desvaneceu-se no panorama e na memória a guarda de honra. Cerca-o uma possante palpitação de progresso. O Ipiranga é o altar da Pátria guardado de todos os lados,** pela vida estuante da Cosmópole, que o cinge de prosperidade e grandeza. **Aqui, repousará D. Pedro I o sono dos criadores da Pátria [...]** (apud Corrêa, 1972, p. 66-69, grifo meu).

Estava findado. Esse foi o projeto de comemorações pensado pela ditadura civil-militar. A evocação de símbolos, mitos, heróis, lugares de memória ditaram o que se celebrou no presente “foi, portanto, a *imagem de comunhão*, não apenas territorial, mas atemporal, *a-histórica*, unindo presente, passado e futuro” (Cordeiro, 2012, p.118).

1. 3 As memórias dissonantes das comemorações e o *ajuste cronológico*

Em várias partes do território brasileiro o tempo de incorporação ao Império do Brasil se deu de forma distinta daquela contada pela história oficial. Evaldo Cabral de Mello (2004) denunciou a predominância do “rio-centrismo historiográfico”²³ na escrita da história. Por um logo período, privilegiou-se a historiografia advinda do eixo Centro-Sul do país, e desconsiderou-se as diferentes dinâmicas e encaminhamentos regionais no processo de Independência(s).

Essa tendência historiográfica foi responsável pela elaboração de uma narrativa dominante sobre a Independência - de cunho “nacional” - que marginalizou e simplificou as experiências e contextos locais das províncias que não estavam alinhadas com o Centro-Sul, dando origem a uma interpretação que caracterizava as províncias que resistiram como “anti-nacionais”.

As províncias do Norte, como Bahia, Maranhão e Grão-Pará, viveram a “adesão”²⁴ à Independência somente entre julho\agosto de 1823, não sem resistências (Galves, 2010). Para o que nos interessa aqui, cabe a seguinte questão: como a ditadura civil-militar tratou de incluir essas localidades em uma narrativa totalizante e harmônica sobre a Independência durante o Sesquicentenário?

²³ Vale destacar que nos últimos anos a historiografia brasileira ganhou muitos trabalhos de fôlego sobre temáticas então pouco exploradas na História Nacional, como é o caso das assimetrias produzidas no período colonial que tiveram como resultado os diferentes processos de Independência(s) nas partes do Brasil.

²⁴ Para mais informações sobre o processo de “adesão” das províncias do Norte, especialmente sobre o Maranhão, ver Marcelo Cheche Galves (2010).

A resposta para essa pergunta foi dada logo no discurso de abertura das comemorações. Em sua fala, Médici “recorreu a clássica evocação de um ‘passado nacional’, situado em tempos coloniais, especialmente nas chamadas manifestações nativistas e na Batalha dos Guararapes” (Galves, 2024, p.1). Ao acionar esse recurso, o general tinha como objetivo realizar um “ajuste cronológico” sobre a história da Independência dessas regiões, sob a justificativa de que o aparente “atraso” na incorporação não deveria ser motivo de desconforto nas celebrações do Sesquicentenário, uma vez que, desde os tempos “imemoriais”, existia nas províncias o desejo de ser “Brasil”.

Assim, o discurso oficial das comemorações privilegiou a memória de um tempo mítico, anterior a conflitos, sem assimetrias, dissensões ou violência (Almeida, 2009). As comemorações simbolizaram a manipulação da memória, por meio de lembranças e esquecimentos intencionais. Recorrendo ao silêncio de memórias seletas, alinhado à conjuntura do *milagre*, a ditadura difundiu um discurso de valorização das forças armadas e do regime vigente. Mais que uma celebração do passado, o Sesquicentenário foi uma festa que celebrava o presente, uma festa pensada e estruturada para legitimar simbolicamente o governo militar, se apoiando nos lugares de memória da história nacional (Almeida, 2009).

Nesse sentido, a realização do “ajuste cronológico” fora crucial para o sucesso das celebrações. Era necessário reajustar - ou ao menos silenciar- as memórias divergentes daquela que estava sendo rememorada pela ditadura, tornando-as “não oficiais” (Pollack, 1989). As memórias sobre o processo de “adesão” das províncias do Norte foram submetidas a uma história oficial e homogeneizante, que privilegiava o discurso de *integração nacional* das comemorações. Rememorou-se um passado fardado e em ordem, que justificava no presente o momento de caça às bruxas desencadeado país afora, com prisões, censura, publicações e intimidações (Reis, 2000).

Se colocou em voga a memória da figura de um D. Pedro I militarizado, que assegurou com bravura a ordem territorial no passado. De igual forma, os militares faziam no presente daqueles oito anos em que governavam o país, varrendo para fora qualquer rastro de comunismo, subversão e corrupção. Assim como fizera o Imperador, era necessário que no presente os militares cuidassem e zelassem pela nação, de forma eficaz, caçando os inimigos e fazendo desaparecer os grupos de oposição que ameaçassem a manutenção da ordem (Almeida, 2009).

Todavia, é válido lembrar que o silêncio sobre as memórias “não-oficiais” da Independência não representava o esquecimento destas. O silêncio da memória, na verdade,

muitas vezes é a materialização do constrangimento diante da memória oficial (Catroga, 1996), e uma das formas de *consenso* social ocorridas durante o Sesquicentenário, uma conciliação silenciosa com o regime militar (Cordeiro, 2011).

Em 1972, as chamadas províncias do Norte precisaram reajustar suas memórias às necessidades do presente, conduzindo-as a uma reinterpretação do passado. Desse modo, ao estabelecer que fossem criadas de Comissões Estaduais (CEE's) em todas as partes do Brasil, para celebração de datas e heróis locais, o governo federal informava que não proibia a rememoração de fatos importantes das respectivas localidades, entretanto, a rememoração destas não poderia se sobressair à memória lembrada durante as celebrações. Entre uma data e outra, entre um herói e outro, o que deveria prevalecer era a história nacional, cujo todo, homogêneo, representava (e também silenciava) cada uma de suas partes.

Neste primeiro capítulo, tratei a respeito do imaginário social à época das comemorações, a grande euforia desenvolvimentista, alinhado aos usos da memória nacional. Também foram elencadas as primeiras medidas para a organização da festa, escolhas de heróis e datas a serem rememoradas. Além do estabelecimento consensual em torno de ajustes cronológicos para adequação de narrativas diferentes da história oficial utilizada nas comemorações.

No segundo capítulo, exploramos as celebrações do Sesquicentenário no Maranhão em 1972, destacando o papel da imprensa local, como o *Jornal Pequeno*, e a adaptação das memórias regionais à narrativa oficial do regime militar.

2. O Sesquicentenário de uma província distante

O processo de incorporação do Maranhão ao Império do Brasil é marcado por uma complexa conjuntura multifacetada, manifestada na crise do mundo atlântico da soberania política, colocada em marcha pelas revoluções modernas. Esse contexto de mudanças ganha novos realces políticos nas terras brasílicas a partir da transferência da corte bragançina para o Rio de Janeiro.

Conforme István Jancsó (2005), o traslado da corte para o Brasil obrigou o estado português a adequar-se a um novo equilíbrio entre as suas partes. A elevação do Brasil a condição de Reino Unido a Portugal e Algarve, inovou o referencial político e o desdobramento de identidades. O Reino do Brasil teve que lidar como uma “síntese das partes” mal acomodadas após o fim do pacto de exclusividade metropolitana. O “mosaico de pátrias luso-americanas” esgarçou-se, e as diferentes partes foram postas em movimento, passando a lutar por autonomia, através de diferentes projetos políticos.

Com múltiplas dinâmicas, pouco a pouco as partes do novo Estado independente foram se acomodando, passando a ganhar operacionalidade, cada uma à sua maneira e no seu tempo. No Maranhão, a incorporação ao Império Brasil ocorreu somente em 28 de julho de 1823, não de forma harmoniosa, como a historiografia, de viés político institucional, propagou.

As razões que explicam a demora da província em aderir ao novo Império tinham como base a fidelidade ao Império português, levando ao não reconhecimento do novo centro de autoridade, estabelecido no Rio de Janeiro (Galves, 2010), o que fez com que a província fosse alvo de campanhas militares que culminaram na “adesão” ao novo Império.

A complexidade desse processo é frequentemente simplificada em meio às comemorações oficiais, que tomam como memória oficial da Independência o alegórico grito do Ipiranga conclamado por Pedro I, em 7 de setembro de 1822. Assim, ocorreu durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência no ano de 1972, dirigidas pela ditadura civil-militar, no governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici.

Para que as comemorações obtivessem o sucesso que se desejava, foi necessário que se realizasse um ajuste cronológico sobre a História da Independência das províncias do Norte (Galves, 2021), silenciando, quando necessário, as diferentes narrativas que não culminavam com a que estava sendo contada pela ditadura.

Na batalha memorialística, a Comissão Executiva Central teve como tarefa escolher os episódios que deveriam ser rememorados como criadores de nossa identidade nacional (Moraes,

2015), utilizando-se de lembranças e esquecimentos, buscou-se legitimar o autoritarismo e construir o consenso social sobre o regime militar, principalmente por meio da difusão do discurso de integração nacional, construído pelo sentimento de pertencimento à pátria, para o qual foram acionados muitos recursos, dentre eles, a simultaneidade de algumas lembranças (Anderson, 2008)²⁵.

2.1 O *Jornal Pequeno* e o Fundo da Sesquicentenário

Frente ao processo de modernização dos sistemas de comunicação, os jornais continuaram a desempenhar papel crucial nas décadas de 1960 e 1970, período que marca o auge da imprensa tradicional no Brasil (Motta, 2013). Os periódicos foram responsáveis por produzir um efeito de simultaneidade, permitindo que diferentes segmentos da sociedade tivessem acesso às mesmas notícias e debates, criando uma experiência coletiva de informação (Anderson, 2008). As notícias publicadas pelos jornais eram amplamente lidas, ouvidas e discutidas por pessoas de diversos contextos sociais, destacando a importância da imprensa escrita no cenário comunicacional da época.

Apesar disso, é válido lembrarmos a complexa relação que existia à época entre imprensa e governo militar. Diante da polarização política do início da década de 1960 no Brasil, a imprensa desempenhou papel decisivo não apenas na disseminação de notícias, mas também na criação e no reforço de ideologias alardeadas (Martins; Luca, 2006). No desenrolar dos acontecimentos que culminaram na deposição do presidente João Goulart e marcaram o início do governo militar, com a chegada de Castello Branco ao poder, não tardou para que logo nos primeiros meses pós-golpe os impressos sofressem as primeiras proibições, sinalizando o início de um período de repressão à liberdade de expressão no país.

Conforme Beatriz Kushnir (2012), muito antes da promulgação do AI-5 a imprensa brasileira já não estava mais livre. Publicações de cunho ideológico, partidários e até

²⁵ Para Benedict Anderson (2008), as comemorações cívicas têm a capacidade de sincronizar a experiência de milhares ou milhões de pessoas, que, ao participar ou assistir a esses eventos, sentem que fazem parte de algo maior. Anderson sugere que esse tipo de sincronização contribui para a criação de uma "comunidade imaginada", em que as pessoas, apesar de não se conhecerem pessoalmente, compartilham a mesma experiência simbólica ao mesmo tempo. A força da comunidade imaginada reside no fato de que seus membros compartilham signos e símbolos comuns, criando um sentimento de pertencimento, uma ligação entre indivíduos que se veem como parte de uma mesma nação. Assim, as celebrações também funcionam como uma forma de legitimação do Estado e do projeto nacional.

reivindicações populares foram as primeiras a sentir o peso da nova ordem. Nesse emaranhado político, havia também os impressos que se mantiveram fiéis à defesa da democracia, como é o caso do jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer. Como consequência, o proprietário teve a sede do jornal invadida e empastelada, além de ter seus direitos políticos cassados, sendo obrigado a retirar-se do Brasil (Martins; Luca, 2006).

Noutra frente, tínhamos os impressos que rapidamente reajustaram seu posicionamento político, para não sofrer consequências similares às do jornal *Última Hora*. A exemplo disso, tivemos no Maranhão o periódico de José Ribamar Bogéa, *Jornal Pequeno (JP)*²⁶, um dos principais jornais em circulação à época no estado.

Wilson Araújo Neto (2016) observou que nos anos que antecederam ao golpe militar, o JP nutria clara oposição à implantação da ditadura no país. Contudo, essa postura é modificada poucos dias após a instauração do regime. Em 6 de abril de 1964, o proprietário do impresso teria sido “convidado” a prestar esclarecimentos sobre as publicações de editoriais que faziam oposição aos militares. Após esse episódio, a postura do impresso mudou drasticamente: aquilo que antes era chamado de “golpe”, passa a ser denominado como “revolução”, fato notado para a década de 1970, período que nos cabe e interessa neste trabalho.

Durante os festejos do Sesquicentenário, o *Jornal Pequeno*, juntamente com os jornais *O Imparcial* e o *Jornal do Dia*, foram responsáveis pela ampla cobertura das comemorações, divulgaram os principais eventos e atuaram como porta-vozes da ditadura civil-militar.

Quanto ao *Jornal Pequeno*, boa parte das notícias publicadas no impresso referentes as comemorações eram, na verdade, reproduções de notícias de outros jornais, geralmente das regiões do Centro-Sul. Os textos, como colunas de opinião ou reportagens especiais autorais, são percebidos no JP em momentos de grandes eventos, como na abertura do Sesquicentenário ou na passagem de figuras importantes pelo estado, o que Marcelo Galves (2024) classificou

²⁶ O jornal começou a circular no Maranhão em 1951, inicialmente com apenas uma publicação semanal, saída aos domingos. Com o passar do tempo e devido a necessidade de levantar fundos, Ribamar Bogéa passou a aderir às publicações diárias, com notícias de âmbito local e nacional. De acordo com Cleydiane Feitosa, o *Jornal Pequeno* ganhou esse nome “por ter um diferencial no tamanho comparado aos outros jornais em circulação, medindo 29 x 33 cm e quatro páginas” (2019, p. 83). O JP se apresentava como um diário de notícias de orientação popular e apertadário. Seus únicos compromissos eram, segundo afirmava, com o povo do Maranhão e com a veracidade dos fatos, como reiterava seu slogan: “Jornal que diz verdades é o Pequeno\ jornal que tem coragem é o pequeno\enfrenta os poderosos \ jornal de multidões é mesmo o Pequeno”.

como cobertura protocolar das comemorações, em que é possível identificar graus de consenso expressos pelo jornal.

Seguindo as ideias de Robert Darnton e Daniel Roche (1996), entendo a imprensa como participante ativa na formação de opiniões, disseminação de ideologias e na influência sobre o curso das dinâmicas históricas, não sendo apenas mera observadora da esfera pública. Nessa perspectiva, o *Jornal Pequeno* é uma valiosa fonte e objeto para entender a participação do Maranhão nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, e como o impresso atuou na construção do consenso sobre a festa da ditadura.

Outra fonte fundamental para este trabalho é o acervo da Comissão Executiva Central, preservado no Arquivo Nacional, sediado no Rio de Janeiro. O acervo conta com mais de 6.341 correspondências e cerca de 10.000 artigos, reportagens de jornais e revistas do país, além de exemplares de todas as publicações e materiais elaborados com vistas às comemorações (Corrêa, 1972).

O Fundo do Sesquicentenário é uma clara evidência da intenção dos militares de preservar a memória das celebrações do Sesquicentenário da Independência do Brasil e, simultaneamente, promover uma autocelebração para as futuras gerações. Contendo 137 pastas, é um arquivo que documenta as diversas atividades e iniciativas realizadas nas comemorações e refletem a preocupação do regime militar com a construção e perpetuação de uma narrativa histórica que legitimasse seu poder.

Dentro desse acervo, a Pasta 13 é especificamente dedicada ao Maranhão, conforme mencionado por Corrêa (1972). Essa pasta contém documentos e registros das atividades e comemorações realizadas no estado durante o período, oferecendo uma visão detalhada da participação dos maranhenses nas celebrações.

Amparada na documentação do Fundo do Sesquicentenário do Maranhão e nas edições do *Jornal Pequeno*, analisarei como se deram as festas dos 150 anos da Independência no Maranhão, buscando compreender a participação e a colaboração de expressivos segmentos sociais (Cordeiro, 2012).

2.2 A programação “não-oficial” do Maranhão

As comemorações do Sesquicentenário no Maranhão foram estruturadas em três modalidades: nacional, estadual e municipal. A Comissão Estadual (CEE)²⁷, criada por meio decreto de nº 4.667, de 2 de fevereiro de 1972, foi responsável por fazer cumprir o calendário nacional, organizar os eventos estaduais e ainda articular junto aos poderes executivos municipais programações alusivas à data. Estavam previstas para compor o calendário oficial do estado a inauguração de obras governamentais, a realização de mostras de artes, lançamento de concursos literários, programações cívicas nas escolas estaduais, gincanas universitárias, além do lançamento dos livros “História da Independência da Província do Maranhão”, de Mário Meireles, e a reedição de “História da Independência do Maranhão”, de Luís Antonio Vieira da Silva²⁸.

Para além do calendário oficial do estado, também foram realizadas comemorações paralelas àquelas já previstas, grupos inteiros da sociedade civil manifestaram-se querendo contribuir para os festejos. Desde janeiro de 1972, vivia-se em todo país, a expectativa para o início das comemorações do Sesquicentenário. Datas como a Abertura dos Portos de 28 de janeiro de 1808 e o Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, foram celebradas (Cordeiro, 2012).

Por iniciativa da Capitania dos Portos do Maranhão, festejou-se os 164 anos de Abertura dos Portos do Brasil:

Dando ênfase às comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, a Capitania dos Portos do Maranhão abrirá a sua festiva programação no dia 28 do corrente, festejando, solenemente, o Dia da Abertura dos Portos às Nações Amigas, na aludida data [...] (*Jornal Pequeno*, nº 6.461, 26/01/1972, p.4).

A programação, tomada no *Jornal Pequeno* como o início das comemorações do Sesquicentenário no estado, se estendia a toda comunidade lusitana residente em São Luís, que trabalhava “em prol do desenvolvimento do Maranhão” (*Jornal Pequeno*, nº 6.460, 25/01/1972, p.2). Como resposta ao convite da Capitania, a comunidade luso-brasileira publicou uma nota no jornal manifestando sua felicidade em poder participar das comemorações “prestados pela

²⁷ A Comissão Estadual do Maranhão foi presidida por Carlos Duque Bacelar, então chefe da Casa Civil (1971-1975) do governo Pedro Neiva de Santana. Para além do presidente, a CEE integrou mais 22 homens de influência política e cultural, com a missão de elaborar um calendário de efemérides alusivas à Independência. Foram esses os membros da CEE: Jorn. Edson Carvalho Vidigal, Prof. Luís de Moraes Rego, Dr. Jaime Manuel Neiva de Santana, Dr. Alfredo Salim Dualibe, Dr. Josélio Cravalho Branco, Dr. Lourenço José Tavares Vieira da Silva, Cel. Paulo Maranhão Alres, Dr. Haroldo Olímpio Lisboa Tavares, Cel. José Carlos Moreira Coutinho, Cel. Carlos Alberto Salim Dualibe, Dom João José da Mota e Albuquerque, Des. Esmarado Souza e Silva, Dep. Ivar Figueiredo Saldanha, Prof. Antenor Mourão Boguea, Prof. Mário Meireles, Prof. Orlando Leite, Padre João Mohana, Jorn. Genu Moraes Correa, Sr. Fernando Cunha e Dr. Euclides Nunes da Costa e Silva (CORRÊA, 1972).

²⁸ Fundo Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (Maranhão, pasta 13), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

passagem do centésimo sexagésimo quarto aniversário da assinatura [...] de Abertura dos Portos [...] **Data notável pelos efeitos, entre estes os da Independência** [...]” (*Jornal Pequeno*, nº 6.463, 28/01/1972, p.1, grifo meu).

Apesar de notarmos a existência de uma certa popularidade “suscitada” na comemoração realizada pela Capitania dos Portos, foi somente com a proximidade da abertura oficial do Sesquicentenário que se evidencia no *JP* uma manifestação mais expressiva dos demais grupos da sociedade civil, desejando colaborar com as celebrações por meio da realização de eventos para compor as programações do estado.

No dia 29 de março, a seção de anúncios do *JP* apresentava a seguinte manchete “Concurso Literário da Independência”²⁹ - tratava-se de uma chamada para participar do concurso literário realizado pela Academia Maranhense de Letras (AML). Na ocasião, o concurso era direcionado: aos estudantes do segundo grau, com a premiação de Cr\$ 250 cruzeiros; e a todos os brasileiros residentes no Maranhão para o “Prêmio Sesquicentenário”, com a premiação corresponde a Cr\$ 2,000 mil cruzeiros (*Jornal Pequeno*, nº 6.520, 29/03/1972, p. 08).

Para além da AML, outro grupo que manifestou o seu apoio aos festejos foi o Movimento Maranhense de Trovadores (MOMATRO). Em 10 de abril, o movimento usava as páginas do *Jornal Pequeno* para anunciar sua participação nas comemorações do Sesquicentenário por meio da realização de um “Encontro de Artes”, realizado com o patrocínio da Sociedade Feminina Beneficente Libanês. O encontro contaria com elementos representativos de São Luís, a presença de intelectuais maranhenses, professores, estudantes universitários, homens da indústria e do comércio (*Jornal Pequeno*, nº 6.529, 10/04/1972, p.4).

Notamos que nesse primeiro momento existiu, por parte de algumas entidades estaduais, um grande empenho para desenvolver programações que aludissem às especificidades locais e que de alguma forma pudessem colaborar para incluir o Maranhão na rota dos festejos nacionais. Noutra frente, observaremos que a organização da CEE será efetivada mediante a proximidade dos marcos principais do Sesquicentenário.

2.2.1 A festa nacional no Maranhão

²⁹ Na programação elaborada pela Comissão Estadual, estava previsto para o mês de abril o lançamento do concurso literário com o tema da Independência, destinado a estudantes universitários e secundaristas do estado. Todavia, a programação parece não ter tido prosseguimento, ao menos por parte da CEE (Fundo Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (Maranhão, pasta 13), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro).

O Encontro Cívico no Maranhão alcançou pleno êxito, não obstante dia chuvoso (Fundo Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil)

Tudo certo para a chegada a São Luís no dia 13 de julho próximo, D. Pedro I, Imperador do Brasil (*Jornal Pequeno*, nº, 6.558, 12\05\1972, p.7).

Os primeiros impulsos nacionalizantes do festejo na imprensa local começam a aparecer no mês de abril, com a repatriação dos restos mortais do Imperador D. Pedro I³⁰ e a proximidade do Encontro Cívico Nacional, evento que marcava, oficialmente, o início das celebrações do Sesquicentenário (Galves, 2021). Em 18 de abril, o *Jornal Pequeno* divulgou o decreto assinado pelo presidente Médici que determinava o hasteamento da bandeira do Brasil às 18h30m no dia 21, em todo território nacional (*Jornal Pequeno*, nº 6.537, 18\04\1972, p. 05).

No Maranhão, em nota emitida pela Secretária de Educação - portaria de nº 139 de 14 de abril de 1972- ficou determinado que o dia 21 seria tomado como dia cívico nacional, em respeito à programação organizada pela presidência da república. Em todos os estados da federação, era recomendado que as unidades administrativas e escolares promovessem solenidades cívicas, enfatizando homenagens à bandeira, ao hino nacional e a Independência do Brasil (*Jornal Pequeno*, nº 6.544, 25\04\1972, p. 7). A pedido da CEC, o Encontro Cívico Nacional deveria ser divulgado amplamente, através de cartazes oficiais e demais meios de comunicação cabíveis, para que todo povo tomasse conhecimento do evento e dele pudesse participar³¹.

Simultaneamente, o presidente Médici teve seu discurso de abertura das comemorações transmitido para todo o território nacional, por meio das estações de rádio e televisão do país:

Meus compatriotas. Iniciando, no dia de Tiradentes – nosso maior herói popular e patrono cívico da nação brasileira-, as comemorações do Sesquicentenário da Independência, em um imenso encontro dos brasileiros com o Brasil, e dos brasileiros consigo mesmos, queremos todos significar que o povo é quem faz a História. **Reunidos, nesta mesma hora, em milhares de encontros por todas as cidades e todos os povoados do Brasil, para colocar no alto, de pôr do sol, a bandeira de nossa Pátria, concentramos, na memória do grande alferes, do cavaleiro e porta-estandarte dos ideais de justiça e liberdade, nossa homenagem a todos os heróis, consagrados, esquecidos ou anônimos, que, antes e depois do gesto do Ipiranga, ajudaram a fazer desta terra uma grande nação [...]** Daí porque estamos convencidos de que a Independência não foi um grande ato de um passado morto, mas que acontece todo o dia no dever bem cumprido de cada um. **Tendo a Independência como processo sempre em marcha, entendemos este encontro como signo das comemorações do Sesquicentenário: o encontro da comunidade de todos os**

³⁰ Em 13 de abril, o *Jornal Pequeno* noticiava que os restos mortais de D. Pedro I saíram de Portugal, com destino ao Brasil (*Jornal Pequeno*, nº 6.632, 13\04\1972, p. 7). A volta do Imperador foi solicitada ainda em agosto de 1971, pelo presidente Médici ao presidente português, Américo Thomaz (Cordeiro, 2012).

³¹ Fundo Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (Maranhão, pasta 13), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

brasileiros, o encontro com a nossa consciência patriótica e com a nossa vocação de fraternidade e de paz [...] (*Jornal Pequeno*, nº 6.542, 23\04\1972, p.1, grifo meu).

Em São Luís, os ludovicenses se reuniram na praça do Pantheon para, segundo o *Jornal Pequeno*, prestigiar a abertura do evento que “apesar da chuva que caía sobre a cidade, o povo compareceu em peso a praça, coroando do mais êxito a programação da coordenação estadual dos festejos do Sesquicentenário (*Jornal Pequeno*, nº 6.542, 23\04\1972, p.1). Para Adjovanes Almeida (2009), o Encontro Cívico fora tomado como um momento unificador de todo o país, que diminuiu as diferenças e fortaleceu a comunidade imaginada por meio da lembrança de feitos históricos da nação.

Todavia, o momento mais aguardado na capital do estado do Maranhão era sem dúvidas a chegada dos restos mortais de D. Pedro I. Em 12 de julho, o *Jornal Pequeno* destacava como seria a chegada dos despojos na cidade de São Luís:

Os restos mortais desembarcaram no aeroporto do Tirirical, dentro de uma urna, que será entregue pelo governador do Piauí ao governador do Maranhão, que se fará acompanhar das autoridades locais. Em viatura especial, a urna viajará para o centro da cidade e ficará exposta à visitação pública na Igreja da Sé, até as oito horas da manhã de sábado próximo[...] (*Jornal Pequeno*, nº 6.621, 12\07\1972, p. 1).

No dia 13 de julho, a urna imperial chegou a São Luís, às 10h30m. A entrega dos despojos foi feita pelo governador do Piauí, Alberto Silva, acompanhado de uma comitiva de quatro pessoas, além do secretário da Comissão Executiva Central, Luís Torres Marques. No discurso de recebimento, o governador do Maranhão destacou que do Piauí partiu “[...] há cento e cinquenta anos, e de ordem do mesmo D. Pedro, a iniciativa da luta armada para o que Maranhã se integrasse na comunidade do novo império”³². A respeito, Marcelo Galves nos lembra que a “premissa de que a ‘iniciativa’ da Independência não partira dos maranhenses não era das mais confortáveis e inibiu a própria produção historiográfica sobre o tema” (2024, p. 6).

Em que pese algum desconforto que essa lembrança possa ter gerado - principalmente entre a elite intelectual, conhecedora das causas do “atraso” para a Independência - a população maranhense compareceu em grande número à Igreja da Sé para visitação pública da urna imperial. Delegações de todos os municípios do Maranhão participaram das homenagens a D. Pedro, movimentação que ampliou sobremaneira o público em questão. Os restos mortais do imperador permaneceram na cidade de São Luís por cerca de 48 horas. Segundo estimativa

³² Fundo Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (Maranhão, pasta 13), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

apresentada no *Jornal Pequeno*, cerca de 5 mil pessoas visitaram a urna de D. Pedro até o meio dia de 14 de julho (*Jornal Pequeno*, nº 6.624, 15\07\1972, p.1).

A urna ficou exposta ao lado de um busto de bronze do imperador, entregue pelo secretário Luiz Torres ao governador do Maranhão. De São Luís, os restos mortais seguiram para Belém-PA, acompanhados pelo vice-governador do estado, Alexandre Colares Moreira e sua comitiva. No dia 15 de julho, a Comissão Estadual descreveu o êxito da passagem dos restos mortais no Maranhão, o “povo esvaziou as casas da cidade e fez com que as ruas, como extensos rios humanos, descessem no rumo da praça concentrados em São Luís inteira em afeições e curiosidades em torno da memória do Imperador”³³.

A grande agitação ocasionada pela passagem dos restos mortais no estado foi sucedida, duas semanas depois, pela frieza que se tratou o 28 de julho, data da adesão do Maranhão à Independência. Chama atenção que, no dia seguinte, o *Jornal Pequeno* noticiava que para aquela noite a praça do Pantheon receberia o “*Show do Sesquicentenário*”, promovido pela Comissão Estadual, em que se apresentariam “30 destacados artistas da música popular brasileira, dentre Ronnie Von, Elza Soares, Cláudia Barroso, os Golden Boys, os Biribas Boys e as chacretes da Tv Globo” (*Jornal Pequeno*, nº 6.638, 29\07\1972, p. 1). Para Marcelo Galves (2024), a realização do “Show do Sesquicentenário” no dia 29 de julho parece ter sido a forma peculiar que a CEE teria encontrado para aproximar as duas independências, vividas em setembro de 1822 e julho de 1823.

O encerramento das comemorações do Sesquicentenário em São Luís contou com o desfile da juventude no dia 5 de setembro, e uma parada militar no dia 7 de setembro. De acordo com Carlos Duque Bacelar, em documento endereçado ao general Antonio Corrêa³⁴, ambos eventos superaram a estatística de público dos anos anteriores. É válido destacar que a popularidade das cerimônias do Sesquicentenário reside também no fato de que o “retorno que se realizava ao passado possuía os pés profundamente fincados no presente” (Cordeiro, 2012), marcado pela conjuntura do *milagre* e o sentimento de integração nacional.

2.3 A Revolta de Bequimão, o filme

³³ Fundo Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (Maranhão, pasta 13), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

³⁴ Fundo Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (Maranhão, pasta 13), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

A Revolta de Bequimão assinala uma das páginas vibrantes do Brasil escrita pelo bravo povo do Maranhão, agora transformada em espetacular filme épico (*Jornal Pequeno*, nº 6.455, 20\01\1972, p. 6).

Ao longo de 1972, diversas produções cinematográficas foram realizadas no Brasil, cujos enredos tratavam de acontecimentos da história nacional. Nesse contexto, destacam-se os filmes “*Independência ou morte*”, de Carlos Coimbra, e “*Os Inconfidentes*”, de Joaquim de Almeida (Almeida, 2009). O primeiro filme fora dirigido por Oswaldo Massaini e lançado em grande estilo durante a semana da pátria, com todo glamour que o roteiro rememorava: o processo de Independência do Brasil. À época de seu lançamento, *Independência ou morte* foi considerado o filme mais caro produzido no Brasil, adquirindo status de superprodução nacional em cores (Cordeiro, 2012).

Em contrapartida, o filme *Os Inconfidentes*, lançado em 1º de maio de 1972, apenas algumas semanas após a abertura oficial das comemorações do Sesquicentenário, não obteve tanta repercussão midiática quanto *Independência ou morte*. O roteiro do filme narrava o martírio de Tiradentes e dos poetas árcades a partir dos depoimentos compilados nos *Autos da Devassa*³⁵ e no *Cancioneiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles (Cordeiro, 2023). De acordo com Janaína Cordeiro, “Joaquim Almeida usava a Inconfidência Mineira para tratar de assuntos como tortura, prisão política e revolução. A Inconfidência era uma metáfora da revolução armada” (Cordeiro, 2012, p.255).

Apesar de *Os Inconfidentes* e *Independência ou morte* serem filmes bastantes distintos entre si na concepção filmológica, roteiros e narrativas, em comum eles compartilhavam o fato de retratarem dois eventos fundacionais da história nacional: o martírio de Tiradentes e o grito do Ipiranga de Pedro I.

O cenário das comemorações do Sesquicentenário ensejou ainda a realização, ou a tentativa, de outras produções cinematográficas que colocassem em destaque a figura de personagens e acontecimentos importantes da História nacional³⁶. No Maranhão, as páginas do

³⁵ Os documentos dos *Autos da Devassa*, que narram a história da Conjuração Mineira (1788-1789), incluindo depoimentos de Tiradentes e outros inconfidentes, estão preservados em diversos arquivos históricos no Brasil. Os principais locais de preservação incluem: Arquivo Nacional, Arquivo Público Mineiro e Museu da Inconfidência.

³⁶ De acordo com Adjovanes Almeida, as produções cinematográficas elaboradas no contexto comemorativo do Sesquicentenário, em geral, abordaram acontecimentos da história brasileira. Vejamos alguns exemplos de filmes e documentários da época: *Setenta anos de Brasil*, de Jurandir Noronha, abordou o início do século XX até a década de 1970; o documentário *O dia em que Getúlio morreu*, de Jorge Ileri, traçou um panorama da era Vargas, culminando com o suicídio do presidente; outro documentário, denominado *A land of many world*, patrocinado pela Souza Cruz e destinado ao mercado externo, exibiu “uma imagem autêntica, da melhor qualidade artística, sobre o progresso do Brasil na década de 70; por fim, documentários de abrangência regional, como o realizado pela Speed Produções Cinematográficas (sediada em Salvador, BA) e sob o patrocínio da Comissão Estadual do

Jornal Pequeno destacavam a produção de um filme sobre a história local, intitulado “*A Revolta de Bequimão*” (*Jornal Pequeno*, nº 6.455, 20/01/1972, p.6). O filme, claro, tomava como referência o episódio que acontecera ainda no período colonial, conhecido como Revolta de Beckman (1684-1685), e que teve a frente os irmãos Tomás e Manuel Beckman. O conflito fora motivado por fatores econômicos, contra a Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, criada em 1682 pela coroa portuguesa na tentativa de melhorar a economia maranhense que se encontrava em declínio (Chambouleyron, 2006).

O filme era uma iniciativa da Nordecine, inspirada no romance *O Bequimão*, do escritor maranhense Bernardo Coelho³⁷. Diferente da superprodução *Independência ou morte*, que recebeu auxílio de diversos órgãos públicos ao longo de sua realização e distribuição (Almeida, 2009), *A revolta de Bequimão* não tinha data para estrear e muito menos contava com recursos do estado para sua realização. Desse modo, as páginas do *JP* serviram de propaganda para o levantamento de patrocinadores:

Como era de esperar, tem sido grande o interesse dos maranhenses pela filmagem de “A Revolta de Bequimão”, com argumento extraído do romance inédito de Bernardo Coelho de Almeida. Apesar da crise financeira reinante em São Luís, dezenas de pessoas estão subscrevendo a compra de cotas de participação para a produção do primeiro grande épico, em cores, do cinema nacional (*Jornal Pequeno*, nº 6.466, 31/01/1972, p. 8).

A produção de um filme sobre a história local³⁸, a princípio, parece ter animado parte da população maranhense, que manifestou seu apoio e colaboração em uma lista de assinantes reproduzida no *JP*. A importância de sua produção era tratada no *Jornal Pequeno* através de analogias entre o passado e o presente, conforme o trecho:

Não que se pretenda atribuir a auréola de proto mártir de nossa independência [a Beckman], mas pelo papel que ele desempenhou em prol da liberdade, acreditando numa tese muito atual de que **não se pode haver independência**

Sesquicentenário do Rio Grande do Norte, exploraram a chegada dos restos mortais de d. Pedro I à cidade de Natal (RN) (2009, p.98).

³⁷ O livro foi publicado no contexto das comemorações, com apontamentos da história do Maranhão que se alinhassem a conjuntura nacional da época.

³⁸ Durante as celebrações do Sesquicentenário, a memória da Revolta de Beckman foi utilizada de diversas maneiras, especialmente como uma manifestação de patriotismo e luta contra opressão no período colonial. Os líderes militares buscavam fortalecer a identidade nacional e a ideia de que a “Independência” do Brasil já estava sendo construída nas manifestações nativistas. Beckman foi apresentado como um herói que se levantou contra o abuso do poder colonial e da Companhia de Comércio do Maranhão, que representava interesses econômicos externos. Além disso, a manifestação também foi apropriada para valorizar a ordem e disciplina, características exaltadas pelo governo militar. O governo aproveitava a narrativa de que, após o levante, a ordem foi restabelecida pelas autoridades portuguesas, refletindo o discurso de que a intervenção militar de 1964 foi necessária para restaurar a ordem no país.

política sem emancipação econômica” (*Jornal Pequeno*, nº 6466, 31\01\1972, p. 8, grifo meu).

A associação entre passado e presente foi um recurso utilizado durante todo ano comemorativo do Sesquicentenário (Cordeiro, 2012). No caso do Maranhão, em especial, o recurso de associar dois momentos históricos distintos foi uma chave importante para incluir e ajustar cronologicamente o estado aos festejos dos 150 anos da nação (Galves, 2024). O passado de luta, figurado em uma revolta nativista, era agora atrelado ao presente *milagroso*. Um argumento que romanceava a memória com o objetivo de enfatizando traços que assemelhavam a trajetória política entre dois tempos. No discurso do *Jornal Pequeno*, Manuel Beckman era retratado como um “revolucionário” que pensou primeiro na emancipação econômica e, igualmente faziam os do “revolucionários” do presente, encarnados agora em trajes militares.

Ao que tudo indica, a ideia do filme parece não ter sido concretizada, muito possivelmente, por falta de apoio suficiente dos órgãos públicos. De todo modo, somente com a sua divulgação foi possível perceber as diferentes manifestações de *consentimento* existentes nas comemorações. O desejo de colaborar com o ano festivo fora expresso nas listas assinadas e nos artigos publicados pelo *Jornal Pequeno*, que demonstravam a existência de um importante diálogo entre determinados setores da intelectualidade com a ditadura civil-militar. Para além de integrar o Maranhão às comemorações dos 150 anos, a memória de Beckman permitia ao jornal certo alinhamento com o regime militar, ao afirmar que o filme partilharia de premissas fundamentais do novo governo, às quais, orientavam e conferiam sentido às comemorações do Sesquicentenário, aproximando o passado da nação ao presente que se construía e o futuro triunfante que se desejava.

2.4 “Tenho a honra de comunicar”: o *consentimento* expresso nas correspondências e anúncios

Durante todo o ano comemorativo, a Comissão Executiva Central recebeu um vasto número de correspondências, representadas em ofícios, cartas, telegramas e mensagens publicadas em jornais (Corrêa, 1972). Toda essa documentação se apresenta como um importante registro que expressa não somente o consentimento social em relação à festa, como também em relação ao próprio regime.

Desse modo, observar os modos a partir dos quais a sociedade se dirigia a CEC, manifestando seu desejo de participar e contribuir de alguma forma com as comemorações, é um interessante mecanismo que nos permite compreender as formas plurais do consentimento,

tanto do ponto de vista institucional, quanto do ponto não-oficial, por meio daqueles que escreviam à Comissão reivindicando seu direito de colaborar. Assim, “as inúmeras pessoas que acompanhavam nas ruas, muitas vezes com rostos diluídos na multidão, ganham voz própria, contornos mais nítidos, através das correspondências” (Cordeiro, 2012).

Um exemplo disso fora o ofício enviado pela presidente do Clube das Mães de Santa Rita, Maria Faustina Gomes Santos, comunicando a chegada do “Fogo Simbólico da Pátria”³⁹ à cidade, para cumprimento da corrida integracionista em homenagem ao Sesquicentenário. Para além desta, outras correspondências foram enviadas referentes a passagem da chama da pátria em suas respectivas cidades. Em 15 de julho, a diretora do Ginásio e Escola Normal do município de D. Pedro, Dra. Ilzé Vieira de Melo Cordeiro, enviara um ofício direcionado ao presidente da CEC, general Antônio Jorge Corrêa, informando a respeito da passagem do Fogo Simbólico por sua cidade. Destacava ainda, a sessão solene e a participação dos jovens estudantes na corrida dos atletas. De igual forma, a secretária do Ginásio Bandeirante de Anajatuba, Melosina Mendes Bastos, comunica-se com a CEC, informando a grande caravana ocasionada pela passagem da chama da pátria⁴⁰.

A corrida integracionista do Fogo Simbólico marcou o calendário dos grandes eventos do Sesquicentenário. Iniciada em maio, sob os auspícios da Comissão Executiva Central e da Liga da Defesa Nacional, a chama percorreu mais de 21.000 quilômetros do território nacional. Distribuídas em quatro tochas saídas de pontos extremos do país - Oiapoque, Chuí, Cabo Branco e Javari-, as chamas permaneceram sempre acesas, e a maior parte da corrida foi realizada a pé, apenas alguns trechos foram utilizados aviões e barcos (Corrêa, 1972).

Percebam que toda correspondência exposta aqui fora enviada por mulheres. Uma explicação lógica para isso talvez esteja no fato de a mensagem produzida pela CEC sobre a importância do Fogo Simbólico ter sido direcionada, especificamente, às professoras: “Às professoras brasileiras[...] Vós, que tendes a doce responsabilidade de orientar a infância, sois agora convocada para explicar-lhe o que significa a passagem- diante dos vossos colégios- do fogo patriótico” (Corrêa, 1972, p.71). De acordo com Fabrício Moraes (2015, p. 178): “as professoras são representadas, como as grandes benfeitoras da nação [...] seu instinto maternal

³⁹ A tradição do Fogo Simbólico foi inspirada na corrida de revezamento da Tocha Olímpica, ganhando destaque nos Jogos Olímpicos de 1936, em Berlim. No Brasil, a iniciativa de incorporar essa prática foi liderada por dirigentes esportivos de Porto Alegre, que buscaram adaptar a tradição ao país, como forma de promover o espírito patriótico. Em 1938, a Liga de Defesa Nacional (LDN) oficializou a prática no estado do Rio Grande do Sul, integrando-as às atividades da Semana da Pátria (Rolim; Mazo, 2009).

⁴⁰ Fundo Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (Maranhão, pasta 13), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

doutrinam os mais jovens a seguirem os ensinamentos do que significa ser brasileiro. Essa tarefa é feita através da ‘manipulação angelical’ do seu espírito”.

Ademais, grande parte da correspondência remetida à CEC era de cunho burocrático, referindo-se aos trâmites relativos à organização de eventos. A prefeitura de São Mateus enviou um relatório detalhado sobre a comemoração da Semana da Pátria na cidade, realizada entre os dias 01 a 08 de setembro. Nele, é destacado a programação da gincana esportiva que envolveu, além dos estudantes, a população em geral ⁴¹.

O *Jornal Pequeno* também foi um espaço utilizado para que as prefeituras saudassem, satisfeitas, as comemorações do Sesquicentenário. A prefeitura de São Luís prestava honras em razão da presença dos restos mortais do Imperador na cidade de São Luís. Já o prefeito de Codó, Moisés Reis, usou as páginas do jornal para manifestar seu entusiasmo pelos feitos iniciados por D. Pedro I em 1822 e a continuação do legado em 1972, pelo presidente Médici. Outras cidades, como é o caso de Pedreiras, reiteravam sua alegria em participar das comemorações do Sesquicentenário da Independência (*Jornal Pequeno*, nº 6.623, 14\07\1972, p. 08).

As comemorações do Sesquicentenário pareciam o momento ideal para que autoridades municipais e demais civis publicizassem seu consentimento em relação ao regime militar. Desse modo, neste capítulo, o intuito foi demonstrar os diferentes graus de consenso e as formas expressas de consentimento estabelecidos no Maranhão, por meio da participação de organizações civis, empresarial e ainda de pessoas comuns que, por formas e razões diversas, participaram dos eventos do Sesquicentenário no Maranhão.

O terceiro capítulo dará continuidade à análise das comemorações, abordando o segundo Sesquicentenário, realizado em 1973, que buscou resgatar a memória do 28 de julho, data que marcava a adesão do Maranhão ao Império. Neste contexto, investigamos como a memória local foi reinterpretada e usada para reafirmar a integração do Maranhão ao projeto nacional, dentro do discurso conciliador e alinhado às diretrizes do regime.

⁴¹ Fundo Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (Maranhão, pasta 13), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

3. O segundo Sesquicentenário do Maranhão (1973)

Como elucidado nos capítulos anteriores, durante as comemorações de 1972 algumas memórias dissonantes precisaram ser silenciadas para que houvesse o triunfo da História nacional\oficial. Dessa forma, datas como o 28 de julho no Maranhão foram colocadas em segundo plano, em decorrência das demandas do presente. Soma-se às necessidades do presente certo “tabu” da historiografia maranhense e o eminente desconforto que existia à época para tratar acerca das dificuldades da adesão da província à causa da Independência.

De acordo com Marcelo Galves (2010), esse desconforto estaria intrinsecamente associado à narrativa da “libertação”⁴², que tratou de creditar a incorporação da província à atuação das tropas cearenses e piauienses. O incômodo era notado na própria produção de livros sobre a temática, que até então tinha como principal obra de fôlego o livro “História da Independência da província do Maranhão (1822-1828)”⁴³ de Luís Antonio Vieira da Silva, produzido em 1862, e como já dito, reeditado no contexto do Sesquicentenário (Galves, 2024).

Diante do exposto, entendo que o silêncio sobre a memória da adesão também pode ser compreendido como uma “condenação” ao passado da província, servindo como meio de análise para captarmos os graus de consenso estabelecidos entre a sociedade maranhense para com o regime militar, frente a memória nacional em voga nas comemorações. Com o findar dos festejos do Sesquicentenário, os silenciamentos abriram espaço para que outras memórias regionais “não-oficiais” pudessem emergir, curiosamente, conforme havia sido estabelecido pela CEC, no art 6º, do decreto de nº 69.922, que destacava a autonomia das Comissões Estaduais para desenvolver programações locais que aludiram os feitos e personagens importantes no cenário regional (Corrêa, 1972).

No Maranhão, como se verá, observaremos o contínuo das comemorações do Sesquicentenário⁴⁴, dessa vez, cristalizadas sobre a memória do 28 de julho e os 150 anos de

⁴² Para Marcelo Galves (2010), o rio-centrismo historiográfico foi responsável pela fomentação das pechas de “separatista” e “anti-unista” ao Maranhão durante o processo de Independência, isso prevaleceu desde pelo menos os estudos de Varnhagen (1938) a José Honório Rodrigues (1975). Assim a “restauração” da província seria atribuída a atuação de Lord Cochrane.

⁴³ Galves (2010) pontuou que a primeira interpretação sobre a Independência do Maranhão foi fundamentada em uma documentação que ainda estava sendo organizada. Como futuro membro do IHGB, Vieira da Silva compartilhou com os demais sócios os esforços para a construção de uma escrita nacional.

⁴⁴ Destaco que assim como o Maranhão, em 1973, o Pará também celebrou seu Sesquicentenário de Adesão, em uma festa que começou a ser anunciada na imprensa local em outubro de 1972, sob a organização do Conselho Estadual de Cultura (CEC-PA) e financiamento do Governo estadual e Conselho Federal de Cultura (CFC). As comemorações no Pará se estendem por quadro dias, iniciadas em 11 de agosto e finalizadas em 15 do então mês, que marca a data oficial da adesão no estado. Para mais informações sobre a experiência do Pará, ver Cleodir Moraes (2006).

adesão da província (Galves, 2024). A partir de espaços oportunos, como a imprensa, a memória ganhará lugar de destaque, o passado será revisitado em diversos momentos, como forma de atestar os interesses do presente. A “adesão”, nesse contexto, ganhará um novo sentido, agora de caráter mais conciliador e integracionista, profundamente ancorado em objetivos políticos e culturais (Moraes, 2006).

Em consonância com esse pensamento, Beatriz Araújo (2022) ao tratar dos festejos do Sesquicentenário de adesão do Pará, destaca como as comemorações cumpriram importantes funções políticas e culturais no estado, fomentando o discurso de integração nacional, carregado de civismo e patriotismo que fora capaz de anular - ou suspender- os conflitos existentes na história, fazendo com que “o Sesquicentenário da Adesão do Pará [promovesse] uma série de eventos para o fomento da ideia de Nação na população em geral, na tentativa de representar o presente no passado, de acordo com os projetos e interesses da Ditadura Militar”⁴⁵ (Araújo, 2022).

Dadas as proximidades e distanciamentos entre as experiências do Maranhão e Pará, percebemos que os eventos culturais desenvolvidos nos estados no ano de 1973 buscaram de algum modo sanar a ausência da lembrança de suas respectivas efemérides existentes no ano anterior. Com a “positivação” dessa memória, abriu-se espaço para que personagens locais proeminentes viessem à cena. No caso do Maranhão, na ocasião das celebrações será reforçado a participação de Salvador Oliveira como “herói” local incorporado ao exército independentista. Oliveira seria lembrado pela liderança que exerceu sobre as tropas que iniciaram o cerco à cidade de São Luís, já no final de julho (Galves, 2024).

Para além do reforço do discurso histórico, as comemorações do segundo Sesquicentenário também celebravam a integração do Maranhão ao progresso econômico e desenvolvimentista do Brasil, contemplados pela finalização da rodovia Transamazônica e as obras do Porto do Itaqui. Conforme Cleodir Moraes (2006), a ideia de integração não escapa a essa forma de representação da nação, uma vez em processo contínuo de “evolução”, somente

⁴⁵ Os festejos do Pará tinham como “objetivo central difundir uma memória histórica do passado amazônico a partir de produções historiográficas como a promoção de um concurso nacional de monografias e a reedição de diversas obras eleitas como canônicas. Foram promovidos, também, concursos de redação dentro de programações especiais nas principais escolas do Estado – com o Instituto de Educação do Pará (IEP) e o Colégio Estadual Paes de Carvalho (CEPC) -, bem como inauguração de novos monumentos, como a Estátua da Liberdade e a pintura em painel “Adesão do Pará à Independência” (1974), localizados no hall de entrada da ALEPA, requeridos pelo ex Deputado Gerson Peres” (Araújo, 2022).

seria possível garantir o amadurecimento da nação a partir do momento em que todas as suas partes estivessem efetivamente integradas.

Dessa maneira, a ideia de “missão” para a arrancada integracionista, muito cara aos discursos do governo federal e seus investidores em 1972, voltava novamente a cena no estado através das mensagens de grupos empresariais reproduzidas no *Jornal Pequeno*, dando indícios de como estava sustentado o consenso dos maranhenses a ordem vigente.

3.1 “No desejo de colaborar”: o contínuo das comemorações

Análogo às comemorações do ano anterior, para 1973 também fora instituída uma Comissão Estadual para programar e coordenar as comemorações do segundo Sesquicentenário do Maranhão. De acordo com Galves (2024), a CEE de 1973 foi composta de forma mais modesta, mas ainda assim contou com importantes nomes da vida política, econômica e cultural do estado:

[a] comissão foi composta pelo chefe da Casa Civil do gabinete do governador (Mário Meireles), o reitor da Fundação Universidade do Maranhão (Josué Montello), o secretário estadual de Educação (Magno Bacelar, depois Luís de Moraes Rego), o presidente da Fundação Cultural do Maranhão (José Ribamar Melo Martins), o presidente da Academia Maranhense de Letras (Luís de Moraes Rego), o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (José Ribamar Seguíns) e o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Maranhão (Galves, 2024, p. 8-9).

Dentre as novidades da CEE, destaca-se a presença do escritor maranhense Josué Montello⁴⁶, figura relevante e atuante no cenário nacional. Ainda em 1972, Montello tornou-se reitor da Fundação Universidade do Maranhão, atuando na recepção de convidados das comemorações do Sesquicentenário de 1973, e ainda esteve à frente da inauguração da reforma do Palácio Cristo Rei, nova sede da reitoria da Universidade (Galves, 2024).

O contínuo das comemorações do Sesquicentenário também pode ser notado através da programação organizada para ocasião. Semelhante ao que ocorrera em 1972, o *Jornal Pequeno* registrou a realização de concursos literários, inauguração de obras, desfiles cívicos e distribuições de medalhas, agora sob a adequação da nova efeméride (Galves, 2024).

⁴⁶ Em 1967, Montello havia assumido o cargo de presidente do recém instalado Conselho Federal de Cultura (CFC), ajudando na instauração da política cultural nacional e articulação junto aos órgãos estaduais e para a criações de conselhos culturais estaduais (Moraes, 2006). Além disso, no contexto das comemorações do Sesquicentenário, Montello atuou na organização de obras que fizeram parte da Biblioteca do Sesquicentenário, como já mencionado no capítulo I deste trabalho.

A distribuição de medalhas talvez seja o primeiro ímpeto de conexão entre os dois Sesquicentenários. Em março de 1973, o JP anunciava a elaboração de um projeto de medalha condecorativa, criado pelo deputado Joaquim Itapary. Em manchete intitulada “Medalha da Independência”, o jornal destacava que a medalha contaria com 60 exemplares em prata e uma em ouro – destinada a Médici em sua passagem pelo Maranhão. A frente da medalha seria estampada pelo escudo estadual, com a seguinte legenda: “150º aniversário de adesão do Maranhão à Independência do Brasil”; já a outra face traria “a cena do ‘Grito do Ipiranga’, com a frase **‘Independência ou Morte-1822-1823-1973’**” (*Jornal Pequeno*, nº 6.745, 17\3\1973, p. 6, grifo meu)⁴⁷.

Chama atenção a sequência de datas que a medalha deveria estampar: 1822 e 1823. Apesar do aparente atrito de memória, as datas seriam postas lado a lado, uma como representação da memória oficial da Independência, enquanto a outra estava ali para lembrar o que se celebrava no presente, a “libertação” do Maranhão e sua incorporação ao Império do Brasil. Logo, a medalha seguiria as orientações estabelecida pela CEC ainda em 1972, respeitando às especificidades, datas, heróis, marcos e efemérides regionais. Por fim, seria destacado 1973, em celebração aos 150 anos de adesão e como referência a continuação das comemorações do Sesquicentenário no estado.

O contínuo comemorativo também pôde ser apreendido no jornal a partir da idealização de concursos literários. Em 10 de fevereiro, a polícia militar, por meio do coronel Carlos Alberto Salim Dualibe, anunciava a realização de um concurso literário em comemoração ao Sesquicentenário de adesão do Maranhão à Independência e ao 137º aniversário da fundação da polícia militar. Os ganhadores receberiam premiações em dinheiro, além de ser oferecido ao primeiro lugar a oportunidade de publicação do texto (*Jornal Pequeno*, nº 6. 711, 10\2\1973, p. 3).

Logo em seguida seria a vez da Academia Maranhense de Letras divulgar sua programação para a celebração. Para a ocasião estava previsto a realização de um concurso literário em decorrência do 65º aniversário da instituição, o 150º aniversário de nascimento do

⁴⁷ Ainda em 1972, o governo estadual, por meio do decreto de nº4.768, de 18 de agosto de 1972, havia instituído a criação da “Medalha Maranhense do Sesquicentenário da Independência”. Cunhada em bronze, a medalha estamparia na frente o escudo do estado e na outra face o símbolo oficial do Sesquicentenário, com a seguinte frase: “Sesquicentenário da Independência do Brasil”. A honraria seria concedida a personalidades nacionais e estrangeiras que contribuíram para o sucesso das comemorações de 1972 e 1973. Fundo Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Maranhão, pasta 13), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

poeta maranhense Gonçalves Dias e o Sesquicentenário de adesão do Maranhão à Independência⁴⁸ (*Jornal Pequeno*, nº 6.979, 14\5\1973, p. 2).

Percebam que os dois primeiros impulsos para a realização de concursos literários visando compor o quadro de programações do segundo Sesquicentenário não privilegiaram o 28 de julho, a lembrança da efeméride sempre surge associada a outras comemorações, destinada a suprir a carência antes verificada. Possivelmente, a dificuldade em centralizar a temática dos concursos sobre a memória da adesão se relacione ao desconforto que circundava boa parte da intelectualidade para tratar da “libertação” da província dentro da historiografia maranhense (Galves, 2010), desconforto que aparentemente foi melhor contornado pelo Movimento Maranhense de Trovadores (Momatro), que no desejo de colaborar com as festividades do Sesquicentenário da adesão promoveu a realização do concurso de trovas, com o tema da Liberdade.

O concurso era em nível estadual, destinado a trovadores, estudantes secundaristas e universitários, com premiação no valor Cr\$ 200, 100 e 50 cruzeiros. O andamento do concurso foi registrado pelo *Jornal Pequeno* em muitas edições, a partir de junho de 1973, bem como a informação de que o resultado final seria anunciado em 28 de julho (*Jornal Pequeno*, nº 7.003, 7\6\1973, p. 8). Além do concurso em celebração à efeméride, o trovador Carlos Cunha usou as páginas do jornal para reforçar o contínuo (ainda que tenso) entre os Sesquicentenários, salientando que o grito de D. Pedro, promovendo a emancipação política do Brasil, só encontrou ressonância no Maranhão em 28 de julho de 1823, não sendo uma “adesão doce”, mas fruto de muitos combates e intervenções políticas (*Jornal Pequeno*, nº 7.029, 28\7\1973, p. 3).

A programação das entidades estaduais para o Sesquicentenário de 1973 foi bem mais modesta quando comparada ao ano anterior. É somente com a chegada do presidente Médici ao estado que a programação organizada pela CEE ganha destaque no jornal, como veremos a seguir.

3.2 “Seja bem-vindo, Presidente Médici”

Sábado, 28 de julho de 1973. Na cidade de São Luís, capital do Maranhão, desde pelo menos o mês de março a imprensa noticiava a vinda de Médici ao estado para as inaugurações do Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM) e do prédio da reitoria da Fundação

⁴⁸ Lembrando que em 1972 a AML divulgou a realização de um “Concurso Literário da Independência” para celebrar o Sesquicentenário do país. Contudo, o resultado do concurso não fora divulgado pela instituição, fato que gerou cobranças nas proximidades do Sesquicentenário de 1973 (*Jornal Pequeno*, nº 7.026, 25\07\1973, p. 3).

Universidade do Maranhão. Além disso, também estava previsto para que naquela ocasião o presidente recebesse o título de “Cidadão Maranhense” pela Assembleia Legislativa (Galves, 2024).

Emílio Garrastazu Médici foi o terceiro presidente da ditadura civil-militar, um ditador memorado por alguns como o presidente dos “anos de ouro”, enquanto por outros é recordado como o carrasco general dos “anos de chumbo”. Durante seu governo, Médici tinha uma preocupação com a imagem que era propagada pela mídia, tanto do regime quanto a sua.

Em parte da mídia nacional surgiam representações da figura de um presidente apaixonado por futebol, em especial pela seleção canarinho e pelo seu time de coração, o Flamengo (Cordeiro, 2012). Adjovanes Almeida (2009) salienta que a popularidade atribuída ao governo de Médici pode ser visualizada a partir de dois caminhos: pela ação da censura (política e de costumes), que atingia, além do noticiário, a produção cultural do país; pelo crescimento da economia brasileira, principalmente entre a classe média, beneficiada pelos “anos de ouro”, caracterizados pelo acesso a bens de consumo duráveis, como tratado no primeiro capítulo.

À época de sua passagem pelo Maranhão, certamente a figura de um presidente carismático cairia melhor a Médici. As primeiras notícias referentes à sua vinda ao estado aparecem no *Jornal Pequeno* como parte das realizações culturais do calendário de programações dos 150 anos de adesão (*Jornal Pequeno*, nº 6.777, 20\4\1973, p. 1).

Para saudar a presença do líder da nação no estado, o Secretário de Educação, Carlos Duque Bacelar (ex presidente da CEE de 1972), juntamente com a Comissão Estadual, planejavam um desfile estudantil “[...]em comemoração ao Sesquicentenário da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil e da honrosa visita do Excelentíssimo Presidente da República, Garrastazu Médici [...]” (*Jornal Pequeno*, nº 7.026, 25\7\1973, p. 2).

O desfile apresentaria alegorias alusivas a História do Maranhão, remontando desde sua adesão à Independência do Brasil. Muito embora fosse período de férias escolares, Duque Bacelar declarava em entrevista que a ideia do desfile teria empolgado diretores, professores e estudantes das escolas públicas e privadas do estado:

Nós acreditamos na juventude brasileira que sempre participou das comemorações de fatos notadamente históricos, que relembram o nosso antepassado de glórias, destacando dentre eles a Adesão do Maranhão à Independência do Brasil. O espírito da brasilidade mora em casa estudante, em cada comunidade (*Jornal Pequeno*, nº 7.026, 25\7\1973, p. 02).

A convocação do secretário à participação da juventude não era sem razão: entre os mais jovens, as comemorações do Sesquicentenário em 1972 obtiveram bastante popularidade. Os

jovens foram àqueles que viveram com maior intensidade o sentimento de patriotismo dentro do ambiente escolar, nos jogos estudantis, no ensino cívico-patriótico e na corrida do fogo simbólico. A juventude escolar fazia parte do projeto de (re)educação a partir das normas que valorizassem a hierarquia, a obediência e o nacionalismo (Cordeiro, 2012). Por isso, Duque Bacelar esperava que a juventude atendesse o chamamento oficial para participar das comemorações do segundo Sesquicentenário.

A chegada de Médici ao Maranhão ganhou destaque na imprensa local. O *Jornal Pequeno* registrou que o presidente e sua comitiva foram recebidos na manhã do sábado no aeroporto do Tirirical pelo governador do estado, Pedro Neiva de Santana, o secretário de estado e autoridades civis e militares (*Jornal Pequeno*, nº 7.030, 29\7\1973, p. 1).

A primeira página do JP, no dia 28, anunciava que o “Presidente Garrastazu, Recebe, Hoje, O Título de Cidadão Maranhense” e ainda desejava as boas-vindas ao general “Seja Bem-vindo, Presidente Médici!”. O texto da manchete continha uma mensagem com elementos expressivos da nossa história nacional, explorados para realização do ajuste cronológico durante as comemorações:

[...] O presente lembra o passado e o Maranhão, fiel aos ideais de nacionalidade, rende culto aos que lutaram tão bravamente pela causa redentora [...] um senhor de engenho, Manoel Beckman, chefiou um dos movimentos precursores de nossa Independência política. O Maranhão, com suas manifestações de nativismo, contribuiu para formar e fortalecer o espírito de liberdade no país. Aqui surgiu a primeira campanha de libertação que se expandiu por todo o Nordeste [...] (*Jornal Pequeno*, nº 7.029, 28\7\1973, p. 1).

Mais uma vez, o recurso a um passado nacional em tempos coloniais era acionado para justificar o atraso e reafirmar que o desejo de “libertação” já estava presente no Maranhão, muito antes da Independência “palpitar” em outras partes do território. Tal interpretação deve ser compreendida como uma medida que buscou reforçar o ajuste cronológico, presente no discurso das comemorações de 1972, e reafirmada no *Jornal Pequeno* como uma das formas de consenso estabelecidas no jornal, que através de editoriais como esse, voltava-se para o passado, por meio dos vultos da memória, para expressar sua concordância com o presente.

Na continuação do texto, o jornal reforçava seu acordo com o regime: “O Maranhão que sempre depositou suas esperanças e sua fé no governo revolucionário, recebe V. Exa. Sr. Presidente Médici, com calor da emoção e do entusiasmo de sua alma”. O jornal expressava sua alegria pela transformação do porto do Itaqui em corredor de exportação dos minérios da Serra dos Carajás, “mostrando que a vitoriosa Revolução de 31 de março já chegou a esta antiga província do meio norte brasileiro. O Maranhão deu um grande passo para o futuro, tornando-

se um dos polos no Nordeste, assegurando sua redenção social e econômica” (*Jornal Pequeno*, nº 7.029, 28\7\1973, p. 1). Passado, presente e futuro estavam firmemente unidos, demonstrando como a ditadura fora capaz de estabelecer um diálogo com a sociedade, acionando tradições, recuperando heróis e projetando figuras ambivalentes como o temido, mas, naquele momento, amado General Médici (Cordeiro, 2012).

Na parte da tarde, Médici compareceu à inauguração do primeiro Museu do Estado, abrindo uma exposição de gravuras que contava com “retratos de 26 próceres da independência” (Galves, 2024, p.16). Ademais, o presidente também participou da solenidade de entrega da reitoria da Universidade Federal do Maranhão (*Jornal Pequeno*, nº 7.030, 29\7\1973, p. 1).

A passagem do presidente Médici no estado foi bastante intensa, marcada por inaugurações e solenidades. Na oportunidade, também se “reuniu com lideranças da ARENA, sob o comando de José Sarney. À noite participou de um jantar oferecido no Palácio dos Leões” (Galves, 2024, p.18). Na manhã do dia seguinte, o presidente e sua comitiva seguiram para o Acre, para inaugurações de obras públicas (*Jornal Pequeno*, nº 7.030, 29\7\1973, p. 1).

A vinda de Médici ao Maranhão reforçou a ideia de integração nacional no estado, simbolicamente encarnada desde o Encontro Cívico de abril de 1972 (Galves, 2024). Sua presença também motivou a prestação de homenagens no jornal, como se verá.

3.3 O 28 de Julho e o *consenso* anunciado

Seguindo o contínuo das comemorações, a passagem do presidente Médici pela cidade de São Luís em 28 de julho de 1973 motivou a publicação de uma série de mensagens de prefeituras, câmaras municipais e grupos empresariais no *Jornal Pequeno*. Marcelo Galves chama atenção para a semelhança entre esse movimento e o que ocorrera em 1972, em decorrência da passagem do Fogo Simbólico pelas cidades do interior do estado. Assim, “se no primeiro caso as mensagens foram majoritariamente encaminhadas à CEC, por ofício, o espaço privilegiado agora era a imprensa” (2024, p.10).

De forma similar às comemorações do ano anterior, a história ganhou destaque nas mensagens publicadas no jornal; o passado foi revisitado em vários momentos, como forma de atestar o presente. Muitos prefeitos, assinando por suas cidades, usaram as páginas do JP para expressar seu consentimento sobre o regime militar, saudando o presidente em sua passagem pelo estado e produzindo discursos com conexões históricas que mostravam que o Maranhão

estava no “caminho certo”. A exemplo disso, tivemos o prefeito de Pio XII, José Raimundo Bastos da Silva, que comparou a atuação da figura controversa do almirante Cochrane⁴⁹ no Maranhão em meio às guerras de Independência, com a vinda de Médici no presente, que voltava ao estado para presidir inaugurações que representavam, estruturalmente, “a efetivação daquilo que só seria materializado com o advento da revolução de março” (*Jornal Pequeno*, nº 7.029, 28\7\1973, p. 8).

As analogias a episódios históricos nas publicações também serviram como meio para propagação de certa pedagogia cívica, que pretendia ensinar como a nação deveria ser vivida. Noutro anúncio, a prefeitura de Lago Verde pontuava o heroísmo dos maranhenses como determinante para emancipação política e social da província. Passados 150 anos, o Maranhão mostrava-se em franco desenvolvimento, graças à capacidade e dedicação dos maranhenses ao crescimento do estado, apoiados no auxílio que recebem das autoridades federais (*Jornal Pequeno*, nº 7.029, 28\7\1973, p. 4). A prefeitura de São Mateus também destacou o Maranhão como sendo um estado comprometido com o desenvolvimento do país, padrão de mensagens que se seguiu entre as demais prefeituras do estado que publicaram no jornal, como Barra do Corda, Penalva, Arari, Brejo, São Mateus, Peri-mim...: se valendo de referências favoráveis sobre o passado, cancelavam o presente e formulavam perspectivas sobre o futuro (Moraes, 2015).

Nesse sentido, o município de Vitorino Freire também saudou a chegada de Médici para as comemorações do Sesquicentenário de adesão, fazendo projeções sobre o futuro e parabenizando a continuação do projeto militar através da escolha do general Geisel para a presidência:

Reconhecido o espírito patriótico dos altos escalões da ARENA, na escolha da pessoa honrada do general Ernesto Geisel para a presidente do Brasil, significando a segurança da Pátria, a preservação de sua integridade física, a continuidade das obras empreendidas pelo Governo, a realização dos ideais da salvadora revolução de 1964 e a efetividade de nossa integração político-econômica [...] (*Jornal Pequeno*, nº 7.029, 28\7\1973, p. 8).

Notamos que o consenso sobre a continuação do regime estava fundamentado na valorização da tríade forças armadas\trabalho\educação, identificados como elementos geradores do desenvolvimento nacional. Não obstante, o conjunto de iniciativas

⁴⁹ Marcelo Galves (2024) pontua que o almirante Cochrane ocupa lugar controverso na historiografia maranhense. As discordâncias em torno da figura de Cochrane colocam em evidência a discussão sobre seu protagonismo no processo de “libertação” do Maranhão. Segundo o autor, a tensão existente não teria permitido que o almirante fosse transformado em herói do Sesquicentenário do Maranhão. Para o contexto, emerge o heroísmo de personagens locais, como Manuel Beckman e Salvador Cardoso de Oliveira.

governamentais também subsidiou os grupos empresariais que utilizaram as páginas do *Jornal Pequeno* para manifestar seu consentimento pelo regime e expressaram sua contribuição para o projeto de inserção do Maranhão na lógica desenvolvimentista nacional.

O Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão S/A desejava as boas-vindas ao presidente Médici, ressaltando o orgulho de “ter dado sua adesão ao processo de Independência econômico-financeira do Maranhão” (*Jornal Pequeno*, nº 7.029, 28\7\1973, p. 6). De igual forma, o grupo Oliveira Maia, proprietário do Hotel Central e Lord Hotel, usou o jornal para expressar seu entusiasmo e gratidão pelo progresso alcançado na terra (*Jornal Pequeno*, nº 7.029, 28\7\1973, p. 8).

Indo um pouco mais além, as empresas Florêncio prestaram suas homenagens a passagem de Médici no estado e aproveitaram a oportunidade para “cumprimentá-lo pela dinâmica política de transportes implantadas pelo Governo e que hoje se reflete em boas estradas através as quais levamos progresso às mais diferentes regiões” (*Jornal Pequeno*, nº 7.029, 28\7\1973, p. 8), e também para divulgar sua marca de empresa rodoviária, seguindo o padrão utilizado em 1972, em que empresas privadas viram nas comemorações do Sesquicentenário uma oportunidade de obter lucros substanciais divulgando sua imagem e conquistando maior espaço no mercado consumidor brasileiro (Almeida, 2009).

O quantitativo de mensagens publicadas no jornal em 1973 mostra-se bem menor quando comparado às comemorações de 1972. De toda forma, a documentação aqui analisada, em grande parte inédita, é reveladora dos peculiares desdobramentos locais (1973) de um festejo nacional (1972). O capítulo teve como objetivo explorar, a partir do JP, como fora estruturado o pacto social em torno da ditadura civil-miliar entre os maranhenses durante as comemorações, se valendo dos discursos históricos que conformaram o ajuste cronológico do Maranhão. Também salientamos como a presença de Médici estruturou toda programação do segundo Sesquicentenário, demonstrando que mais que uma comemoração do passado, a festa do Maranhão voltou-se para o presente.

Considerações finais

As comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil seguem sendo uma das maiores festas cívicas realizadas pela ditadura civil-militar. Os estudos sobre essa festividade evidenciam como o regime soube colocar nas ruas o seu lado “belo”, teatralizando uma “boa aparência”, a partir da ritualização de concepções da História-Pátria, em meio a uma conjuntura marcada pela repressão (Cordeiro, 2012).

Por meio da seleção e omissão de determinadas memórias, o governo promoveu um discurso de exaltação das Forças Armadas, buscando construir um consenso social em torno da ordem estabelecida. Desse modo, entendemos que a celebração do passado se tratava, na verdade, de uma festa para o presente (Almeida, 2009).

No tocante ao Maranhão, a adesão tardia à Independência foi ajustada para harmonizar-se com a narrativa oficial. Através do *Jornal Pequeno*, foi possível identificar os diferentes níveis de consenso manifestados pela sociedade maranhense, bem como a preocupação em contribuir com as comemorações locais e somar esforços junto ao governo federal na promoção de uma integração nacional — seja histórica, cultural ou econômica. Observou-se que a programação organizada por instituições civis, ao longo de 1972, refletiu essa preocupação, especialmente no âmbito histórico e cultural.

Em determinados momentos, surgiram atritos de memória que evidenciaram tensões e as estratégias empregadas para ajustar essas narrativas. Como discutido ao longo deste trabalho, uma das estratégias de integração entre as independências de setembro de 1822 e julho de 1823 foi promovida pela CEE, com a realização do Show do Sesquicentenário, no dia 29 de julho (Galves, 2024). Iniciativas como essa, que ajustavam as memórias dissonantes, submetendo-as ao silêncio, demonstravam a preocupação da Comissão em incluir o Maranhão na narrativa oficial e validavam o consenso em torno da ditadura.

O grande volume de cartas, telegramas e mensagens recebidas pela CEC durante o Sesquicentenário também evidenciam a participação ativa de segmentos sociais e instituições. Essas manifestações expressavam tanto apoio ao regime quanto o desejo de participar das celebrações, reforçando o consenso social em torno da ditadura civil-militar. Nesse sentido, lembramos que as celebrações utilizaram estratégias que suscitavam apoio popular por meio da exaltação de símbolos patrióticos e da manipulação de sentimentos nacionalistas. Eventos como desfiles cívicos ilustravam essa tentativa de criar uma popularidade artificial e emocional em

torno do regime (Chirio, 2001). Em 1972, as festividades locais seguiram o modelo nacional, destacando símbolos/marcos como D. Pedro I e o “Grito do Ipiranga”.

Em 1973, as comemorações foram mais modestas, mas centraram-se na adesão do Maranhão à Independência, ocorrida em 28 de julho de 1823. Essa comemoração de cunho conciliador, buscou reinterpretar memórias regionais, alinhando-as ao discurso nacionalista do regime. Embasados nisso, defendemos que o segundo Sesquicentenário do Maranhão foi tomado como um momento de nacionalização do 28 de julho e integração econômica do Maranhão, destacando-se pela presença do então presidente, general Emílio Médici, a maior figura política da época.

Os eventos programados para o dia 28 de julho, assim como aqueles que o antecederam, funcionaram como um espelho para seus organizadores, que buscavam projetar para o Brasil e o mundo uma nova "fase" da experiência histórica do Maranhão. Essa narrativa foi conduzida sob os auspícios do regime civil-militar brasileiro, com o decisivo apoio de uma elite política e econômica local, ansiosa por se desvincular dos incômodos estigmas de “separatista” e “atrasado”.

A integração era promovida por meio de projetos como a abertura de novas rodovias, exemplificada pela Transamazônica, e pela realização de grandes obras, como o Porto do Itaqui. Além disso, eventos como a entrega de medalhas, concursos literários, desfiles cívicos e inaugurações de obras desempenharam um papel significativo no fortalecimento da conexão do Maranhão com o projeto nacional, reforçando a ideia de desenvolvimento e integração do estado ao restante do país.

Referências

a) Documentos

Fundo Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (Maranhão, pasta 13), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

b) Impresso

Jornal Pequeno – MA (1971, 1972 e 1973). Biblioteca Pública Benedito Leite, Maranhão.

c) Bibliografia

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEISS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALONSO, Gustavo. *Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Beatriz Paiva de. *Uma adesão em tempos de ditadura: a arte e memória histórica nas comemorações do Sesquicentenário da Independência Brasileira no Pará*. 2022. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

ARAÚJO NETO, Wilson Pinheiro. *O Jornal Pequeno e a ditadura empresarial-militar no Maranhão: a perspectiva política do Jornal Pequeno após o ato de 6 de abril*. 2016. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

ARAÚJO, Roberta Gerciane Viana de. *Dormia a nossa pátria mãe tão distraída: comemorações ao Sesquicentenário da Independência do Brasil em Campina Grande/PB*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

BARONE, Ricardo; BASTOS, Pedro; MATTOS, Fernando. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. *Instituto de Economia UNICAMP*, Campinas, 2015.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudos para o historiador. In: PRADO, Maria Ligia Coelho; VILLAÇA, Mariana (org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, p. 114-136, 2015.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Duplicados clamores: queixas e rebeliões na Amazônia Colonial (século XVII). *Projeto História*, São Paulo, n. 33, p. 159-178, dez. 2006.

CHIRIO, Maud. *Uma nova escrita do destino nacional: a comemoração da Independência do Brasil sob a ditadura militar (1964-1985)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Paris I, Paris, 2001.

CHIRIO, Maud. A revolução de 1964 e a comemoração da Independência. *Caravelle [Online]*, 94, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4000/caravelle.7712>

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, jan./jun. 2009.

CORDEIRO, Janaína Martins. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida? In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, p. 1-16, 2011.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CORDEIRO, Janaína Martins. A independência no cinema. In: BORREGO, Maria Aparecida; MARINS, Paulo César Garces. *Memórias da Independência*. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Edusp/Museu Paulista da USP, p. 135-141, 2023.

CORRÊA, Antônio Jorge. *As comemorações do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. (Biblioteca do Sesquicentenário).

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Edusp, 1996.

FEITOSA, Cleydiane Cristina dos Santos. *Tele Ensino no Maranhão: discursos jornalísticos (1998-2003)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019.

FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): a intervenção do “Brasil Potência” na América Latina. *História Social*, n. 18, p. 157-176, 2010.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.

GALVES, Marcelo Cheche. “*Ao público sincero e imparcial*”: imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche. História, historiografia e memória: comemorações da Independência no/do Maranhão. *Projeto de Pesquisa*. São Luís: UEMA/FAPEMA, 2021.

GALVES, Marcelo Cheche. Nos bastidores do Sesquicentenário: a reedição do livro História da Independência da província do Maranhão (1822-1828), de Luís Antônio Vieira da Silva. *Acervo*, v. 35, n. 3, p. 1-21, 2022.

GALVES, Marcelo Cheche. *Atritos de memória: o duplo Sesquicentenário da Independência do Maranhão (1972-1973)*. São Luís, 2024. (No prelo).

GIANNASI, Carlos Alberto. *A doutrina de segurança nacional e o “milagre econômico” (1969/1973)*. 2011. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: [ReP USP - Detalhe do registro: A doutrina de segurança nacional e o Milagre Econômico \(1969/1973\)](#)

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. 13. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). *Revista de História das Ideias (Coimbra)*, Coimbra, v. 21, p. 389-440, 2000.

KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 11, p. 52-61, mai. 2010.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012.

LABORIE, Pierre. *Os franceses dos anos conturbados: da Guerra Civil Espanhola à Libertação*. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. (Paradidático).

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

MARINS, Paulo César Garcez. Construindo memórias sobre independências. In: BORREGO, Maria Aparecida; MARINS, Paulo César Garces. *Memórias da Independência*. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Edusp/Museu Paulista da USP, 2023, p. 17-19.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MORAES, Cleodir. *O Pará em festa: política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário de “Adesão” (1973)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MORAES MENDES, Paulo Leandro da Costa. *Ditadura empresarial-militar no Maranhão e ensino: o dicionário histórico-bibliográfico como ferramenta pedagógica*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

MORAIS, Fabrício de Sousa. *Pátria Nossa a Cada Dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da ditadura militar (150º aniversário da Independência do Brasil)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, 2013.

OLIVEIRA, Cecília Helena Salles. O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. Ser., v. 3, p. 195-208, jan./dez. 1995.

PAULINO, Ana. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. *Revista Katálysis*, v. 23, n. 3, p. 562–571, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010.

ROLIM, L. H.; MAZO, J. Z. A corrida de revezamento do fogo simbólico da pátria em Porto Alegre (1938-1947): estudo sobre a participação dos clubes esportivos. *Movimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 11–33, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.5704>.

SOSNOSKI, Thaisy. *Historiografia e Memória: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 2013.

ZWEING, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook-ebooksBrasil.com. Fonte digital: RocketEdition de 2001 a partir de HTML em Brasil, País do Futuro - Stefan Zweig (ebooksbrasil.org)

APÊNDICES

a) Edições do *Jornal Pequeno* (1971)

Jornal Pequeno		
Dados	Notícia	Sinopse
Nº 6.407, 04\10\1971, p.05	<i>Inaugurado o trecho estreito-marabá.</i>	Inauguração do primeiro trecho da Transamazônica, no estreito- marabá.
Nº 6.047, 04\10\1971, p. 08	<i>Afirmação de Andreazza</i>	Entrevista de Mário Andreazza, então ministro dos transportes, sobre conclusão da rodovia até 1973.
Nº 6.440, 6\11\1971, p.03	<i>Transamazônica tem seu 1º trecho quase pronto.</i>	Relatório do andamento das obras da Transamazônica.
Nº 6.425, 19\11\1971, p.01	<i>19 de novembro- Dia da Bandeira.</i>	Mensagem do ministro do exército, Orlando Geisel, exaltando a Bandeira do Brasil.
Nº 6.463, 21\12\1971 p.07	Presidente Médici conversará com Pelé sobre a mini copa	A notícia destaca o convite feito pelo presidente Médici ao jogador de futebol Pelé, para que este aceite o convite de disputar os jogos da Independência pela seleção brasileira no ano de 1972.

b) Edições do *Jornal Pequeno* (1972)

Jornal Pequeno		
Dados	Notícia	Sinopse
Nº 6. 474 02\01\1972 p.04	<i>Discurso de Claudio Roland, numa festa de engenheiros da Transamazônica.</i>	Homenagem a Pedro Smith, engenheiro chefe responsável pelas obras da transamazônica, e aos demais engenheiros que também trabalharam na construção das rodovias; construções estas, que seriam responsáveis por grandes benefícios e a Irreversível marcha da Pátria rumo ao Progresso.
Nº 6.455 20\01\197 p.06	<i>Revolta de Bequimão.</i>	Filme sobre a revolta de Beckman.
Nº 6.457	<i>Concurso no Piauí sobre o 150º aniversário da Independência.</i>	A notícia destaca o concurso literário promovido pelo governador do Piauí, Alberto Silva, como a temática “O Piauí

22\01\1972 p.06		nas lutas da Independência do Brasil”. O concurso não restringia apenas a participação de autores do piauienses, se estendendo aos demais autores dos Estados da Federação.
Nº 6.458 23\01\1972 p.06	<i>O verdadeiro Proto- Mártir da Independência.</i>	Na coluna de autoria de Carlos Cunha, o colunista reivindica o local do Português Felipe dos Santos Freire- líder da camada popular na revolta de Vila Rica (1720) - na galeria de heróis da História do Brasil. Cunha cobra um local de maior destaque a figura de Freire, que defendeu sua pátria adotiva e a causa dos brasileiros. Diferente de Manoel Beckman, que não seria merecedor do título de proto-mártir da Independência, já que este nunca desejou libertar o país do jugo Português.
Nº 6.459 24\01\1972 p.05	<i>Silvério dos Reis não foi traidor.</i>	Carlos Cunha defende os motivos que teriam levado Silvério dos Reis a deletar o movimento dos inconfidentes. Também defende que este não teria sido o único delator, contudo, toda a culpa tem recaído sobre sua figura, que pagou pela denúncia vivendo como um judeu errante nas terras brasileiras. Tendo seu sofrimento findado somente com sua morte no Maranhão em 1819.
Nº 6. 460 25\01\1972 p.02	(Sem título)	Comemoração organizada pela Capitania dos Portos para memorar os 150º da Independência do Brasil e a abertura dos portos brasileiros. A notícia estendia o convite a toda comunidade portuguesa que havia se estabelecido em São Luís e contribuía para desenvolvimento do Maranhão.
Nº 6. 461 26\01\1972 p.04	<i>Comemoração da Abertura dos Portos do Brasil.</i>	Dando ênfase aos 150º da Independência do Brasil, a capitania dos portos do Maranhão abriria sua festividade comemorando a abertura dos portos.
Nº 6.462 27\01\1972 p.03	<i>Há 164 anos a abertura dos Portos.</i>	Resgate histórico de como se deu abertura dos Portos.
Nº 6.462 27\01\1972 p.06	<i>Cocharne “Double” de Pirata a mercenário.</i>	Na coluna de Carlos Cunha, o colunista destaca que um dos maiores erros de D. Pedro I teria sido o de conceder a Cocharne o título de Marquês do Maranhão. Uma vez que, não passava de interesseiro homem de má fé.

Nº 6.463 28\01\1972 p.01	(Foto de D. João)	Homenagem a D. João feita pela Comunidade Luso-brasileira pelo aniversário da assinatura da abertura dos portos.
Nº 6.463 28\01\1972 p.01	<i>O Príncipe regente D. João e a abertura dos portos brasileiros.</i>	No texto destaca a importância de D. João VI para abertura dos portos do Brasil.
Nº 6.466 31\01\1972 p.08	<i>Maranhenses apoiam a filmagem de Bequimão.</i>	Manchete sobre o Filme referente a revolta de Beckman.
Nº 6.498 05\03\1972 p.03		Destaca a participação de Maria Quitéria no processo de Independência das províncias do Norte.
Nº 6.505 12\03\1972 p.01		Nova cédula de 500 cruzeiros que entraria em circulação a partir de setembro. Na sua fase principal, a cédula apresenta a composição de vários rostos, que juntos conformavam a imagem do brasileiro.
Nº 6.512 21\03\1972 p.08	<i>Ministro Andreazza hoje em São Luís.</i>	O ministro dos Transportes esteve em São Luís para prestigiar uma inauguração juntamente com o governador do estado, Pedro Neiva de Santana. Na ocasião, a inauguração estava dentro do programa comemorativo da “Revolução Democrática de 31 de março”.
Nº 6.513 22\03\1972 p.03	<i>Escolta dos Restos de D. Pedro I a caminho de Lisboa.</i>	Na notícia anuncia a partida para Lisboa da Marinha brasileira que foi responsável traslado dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil, juntamente com o presidente Português, Américo Tomaz. O regresso para Brasil ocorrera em 10 de abril, e a chegada em solo brasileiro estaria prevista para 22 de abril, no Rio de Janeiro. No mesmo dia Tomaz embarcaria para Brasília, onde receberia homenagem do governo brasileiro. Além das cidades já citadas, em sua estadia pelo Brasil, Tomaz visitaria ainda as cidades de Salvador e São Paulo.
Nº 6.513 22\03\1972 p.08	<i>Discurso do Ministro Mário Andreazza.</i>	Na ocasião da inauguração da ferroviária que ligaria o Porto do Itaqui à estrada São Luís- Teresina, o ministro dos transportes proferiu um discurso ressaltando a importância de tal obra para o Estado.

Nº 6.519 28\03\1972 p.06	<i>Mini copa começa em Campo Grande.</i>	
Nº 6.520 29\03\1972 p.08	<i>Concurso Literário da Independência.</i>	Chamada para participar do concurso literário sobre a Independência, promovido pela academia maranhenses de letras. Haveria duas premiações. A primeira seria para estudantes do segundo grau no valor de 250 cruzeiro; e o segundo prêmio correspondia a uma quantia de dois mil cruzeiros, na modalidade “Prêmio Sesquicentenário”, destinadas a todos os brasileiros, residentes do Maranhão ou maranhenses que residiriam em outros estados.
Nº 6.522 31\03\1972 p.03	<i>Tchecos virão para a mini copa.</i>	Destaca a participação da seleção da Tchecoslováquia nos jogos da mini copa, programação inclusa no calendário das comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil.

Jornal Pequeno		
Dados	Notícia	Sinopse
Nº 6.527 08\04\1972 p.03	<i>Portugueses treinam para carregar esquife de D. Pedro.</i>	Relata como se deu o treinamento dos marinheiros e fuzileiros do Batalhão Pedro I, para carregar a esquife do Imperador no traslado para o Brasil.
Nº 6.529 10\04\1972 p.04	<i>Momatro no Sesquicentenário</i>	O Movimento Maranhenses dos Trovadores anuncia sua participação nas comemorações do sesquicentenário da independência.
Nº 6.532 13\04\1972 p.07	<i>Corpo de D. Pedro saiu de Portugal.</i>	Anuncia que os restos mortais de D. Pedro I saíram de Portugal com destino ao Brasil, enquanto seu coração permaneceu na cidade do Porto, em uma igreja.
Nº 6.536 17\04\1972 p.05	<i>Mensageiros da Trova.</i>	Homenagem ao Mártir da Inconfidência Mineira-Tiradentes.
Nº 6.537 18\04\1972 p.02	<i>Independência ou Morte:</i>	Noticia a produção cinematográfica “Independência ou Morte”, realizada por Carlos Coimbra.
Nº 6.537 18\04\1972	<i>Bandeira Passará 24</i>	O presidente Médici assinou o decreto que determinou o hasteamento da bandeira do Brasil por às 18: 30 do dia

p.05	<i>horas Hasteada dia 21.</i>	21, por 24 horas. Marcando assim, o início das comemorações do sesquicentenário da Independência.
Nº 6.538 19\04\1972 p.08	<i>Vargas Presente às festas do Sesquicentenário</i>	Reprodução de notícia de outro jornal.
Nº 6.539 20\04\1972 p.01	(Sem título)	Chegada do Presidente Américo Tomaz ao Brasil, juntamente com os restos mortais de Pedro I.
Nº 6.540 21\04\1972 p.03	(Sem título)	Anúncio do início das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.
Nº 6.540 21\04\1972 p.05	Tiradentes, Patrono Cívico do Brasil	Coluna de Paulo Castello Branco presta homenagem à Tiradentes.
Nº 6.540 21\04\1972 p.05	<i>Momatreenses festejam Independência.</i>	
Nº 6.542 23\04\1972 p.01	Foto	A notícia faz menção ao início das comemorações do sesquicentenário. Grande número de pessoas compareceu a praça do panteon para prestigiar o início das comemorações, o que jornal considera com êxito da coordenação estadual dos festejos.
Nº 6.542 23\04\1972 p.01	<i>Mensagem presidencial.</i>	
Nº 6.542 23\04\1972 p.01	<i>Momatra Comemora o sesquicentenário.</i>	Sem mais informações.
Nº 6.543 24\04\1972 p.01	<i>Chegam os despojos de D. Pedro I.</i>	Narra a chegada dos restos mortais de D. Pedro e o encontro entre o presidente Médiçi e Américo Tomaz.
Nº 6.543 24\04\1972 p.03	<i>Mensageiros da Trova.</i>	Anuncio do Encontro de Arte, promovido pelo movimento maranhenses dos trovadores, juntando às comemorações patrióticas.
Nº 6.544 25\04\1972 p.01	<i>Encontro de Arte, Hoje.</i>	Sem mais informações.
Nº 6.544 25\04\1972 p.07	<i>Estado do Maranhão.</i>	Decreto da Secretaria de Ed. que considera dia 21 de abril como dia cívico nacional, e marco do início dos festejos.

Nº 6.545 26\04\1972 p.01	<i>Presidente Português Homenageia Médici.</i>	
Nº 6.545 26\04\1972 p.03	<i>D. Pedro Inicia Peregrinação.</i>	Início da peregrinação de Pedro I por Porto Alegre.
Nº 6.558 12\05\1972 p.07		
Nº 6.576 25\05\1972 p.07	<i>Portugal espera ter seleção completa.</i>	Mini copa.
Nº 6.591 12\06\1972 p.08	<i>Em Tempo de Mini Copa.</i>	Jogos da Taça Independência.
Nº 6.592 13\06\1972 p.07	<i>Taça Independência Custa Cr\$ 30 Milhões.</i>	Jogos da Taça Independência.
Nº 6.595 16\05\1972 p.06	<i>Comemorações do Sesquicentenário</i>	Comemoração que ocorreu na cidade de Barra do Corda pelo Sesquicentenário.
Nº 6.595 16\05\1972 p.08	<i>Novas Disputas da Taça Independência.</i>	Jogos da Taça Independência.
Nº 6.596 17\05\1972 p.03	<i>Fogo Simbólico é recebido festivamente em Presidente Dutra.</i>	A passagem da chama da Pátria na cidade de Presidente Dutra- MA.
Nº 6.582 03\06\1972 p.02	<i>Homenagem a Dama da Independência.</i>	Noticia a Homenagem prestada a Maria Leopoldina feita pelo Tenente coronel Agostinho Moura, comandante da guarnição federal de São Luís. Na noticia também se destaca a presença de um busto da imperatriz, colocado no prédio do jornal Pequeno.
Nº 6.582 03\06\1972 p.06	<i>Seleção já está em Natal.</i>	Taça Independência.
Nº 6.600 21\06\1972 p.03	<i>D. Pedro e a Independência.</i>	Texto publicado na seção dos estudantes, trazendo aspectos da vida de D. Pedro I, que por sua vez, foram

		extraídos da conferência do jornalista Theofilo de Andrade.
Nº 6.601 22\06\1972 p.03	<i>D. Pedro I e a Independência.</i>	Continuação da seção “Recanto dos estudantes” acerca de D. Pedro.
Nº 6.602 23\06\1972 p.05	<i>A figura do Príncipe.</i>	No texto é destacado a importância da figura de Pedro I, tanto do Brasil quanto de Portugal.
Nº 6.603 24\06\1972 p.03	<i>D. Pedro I e a Independência.</i>	Continuação da seção “Recanto dos Estudantes”.
Nº 6.604 25\06\1972 p.06	<i>D. Pedro I e a Independência</i>	Continuação da seção “Recanto dos Estudantes”.
Nº 6.606 27\06\1972 p.07	<i>Taça Independência.</i>	Grupo da Taça Independência.

Jornal Pequeno		
Dados	Notícia	Sinopse
Nº 6.610 01\07\1972 p.05	<i>D. Pedro I e a Independência.</i>	Continuação da seção “Recanto dos Estudantes”
Nº 6.614 05\07\1972 p.06	<i>D. Pedro I e a Independência.</i>	Continuação da seção “Recanto dos Estudantes”.
Nº 6.615 06\07\1972 p.08	<i>D. Pedro I e a Independência XII.</i>	Continuação da seção “Recanto dos Estudantes”.
Nº 6.616 07\07\1972 p.08	<i>Iugoslávia classificada; Pressão Russa assusta Lusos; Vitória da Argentina.</i>	Jogos da Taça Independência.
Nº 6.617 08\07\1972 p.04	<i>Mensageiros da Trova.</i>	Exaltação à Portugal e aos seus trovadores.

Nº 6.617 08\07\1972 p.05	<i>D. Pedro e a Independência.</i>	Continuação da seção “Recanto dos Estudantes”.
Nº 6.618 09\07\1972 p.01	<i>(foto)</i>	Foto da seleção de Portugal que enfrentou o Brasil da decisão da mini copa alusiva ao sesquicentenário da Independência.
Nº 6.618 09\07\1972 p.08	<i>Brasil e Portugal decidem a mini copa.</i>	Final da Taça da Independência.
Nº 6.619 10\07\1972 p.01	<i>Brasil, 1 x 0; É nossa a Copa Independência.</i>	Decisão da mini copo contou com a presença de autoridades brasileiras e portuguesas, no maracanã. Na final, o Brasil consagrou-se campeão do torneio.
Nº 6.619 10\07\1972 p.07	<i>D. Pedro I e a Independência XIV</i>	Continuação da seção “Recanto dos Estudantes”.
Nº 6.620 11\07\1972 p.06	<i>D. Pedro I e a Independência.</i>	Texto que traz aspectos da popularidade e impopularidade da figura de Pedro I.
Nº 6.621 12\07\1972 p.01	<i>Recepção a D. Pedro I em seus restos mortais.</i>	Chegada dos despojos do Imperador Pedro em São Luís-MA I. Os restos mortais desembarcaram no aeroporto do Tirirical, dentro de uma urna, que fora entregue pelo Governador do Piauí ao Governador do Maranhão.
Nº 6.622 13\07\1972 p.01	<i>D. Pedro volta para casa.</i>	Chegada de D. Pedro à São Luís estava marcada para acontecer às 10;30 horas.
Nº 6.622 13\07\1972 p.04	<i>Independência ou Morte!</i>	Texto que exalta a figura de D. Pedro e seu papel com líder do Brasil.
Nº 6.622 13\07\1972 p.05	<i>D. Pedro I e a Independência.</i>	Parte final da série de publicações acerca de D Pedro I e a Independência” disposta seção “Recanto dos Estudantes”.
Nº 6.622 13\07\1972 p.07	<i>(mensagem da Prefeitura municipal de São Luís)</i>	Prestação de honra por parte da prefeitura de são luís em razão da presença dos restos mortais de d. Pedro na cidade.
Nº 6.622 13\07\1972 p.08	<i>Homenagem a D. Pedro I</i>	Saudação ao “construtor” da emancipação política do Brasil.
Nº 6.623 14\07\1972 p.03	<i>Príncipe de Duas Pátrias.</i>	Figura Luso-brasileira de Pedro I
Nº 6.623 14\07\1972 p.06	<i>(mensagem da prefeitura municipal de S. Bernado).</i>	Homenagem da prefeitura de São Bernado a memória de D. Pedro.

Nº 6.623 14\07\1972 p.06	1822- 1972	Prestação de homenagem a D. Pedro, pelo seu legado iniciado em 1822, e saudação a continuidade do legado em 1972, por meio da figura de Medici.
Nº 6.624 15\07\1972 p.01	<i>Dom Pedro I deixa S. Luís.</i>	Partida dos despojos de D. Pedro de São Luís com destino à Belém- PA.
Nº 6.624 15\07\1972 p.04	1822-1972	O prefeito de Pedreiras, em nome do município, reitera sua alegria em poder participar das comemorações do Sesquicentenário da Independência.
Nº 6.629 20\07\1972 p.04	<i>Eu e o Imperador Pedro I.</i>	Sem mais informações.
Nº 6.632 23\07\1972 p.01	<i>Brasil, campeão da copa Independência de Basquete.</i>	Brasil consagra-se campeão da copa Independência de Basquete, em cima da seleção de basquetebol dos Estados Unidos.
Nº 6.637 28\07\1972 p.01	(Sem título)	Coluna de notícias não cita o aniversário de 149 anos de adesão do Maranhão à Independência do Brasil.
Nº 6.637 28\07\1972 p.06	<i>Um protesto: a propósito de Camões</i>	Josué Montello escreve acerca de Camões.
Nº 6.638 29\07\1972 p.01	<i>Show do Sesquicentenário</i>	A praça do Panteon receberá o show do Sesquicentenário que contará com a presença de 30 artistas destaques no cenário nacional, dentre estes temos confirmado a presença da cantora Elza Soares. O show é promovido pela comissão Executiva Estadual do Sesquicentenário em colaboração da Rádio e TV difusora, timbira, Educadora, Ribamar e Gurupi, e dos jornais Pequeno, Imparcial e Dia.
Nº 6.649 10\08\1972 p.04	<i>Academia maranhense de Letras.</i>	Aniversário da academia maranhense de Letras, com destaque para a fala de Mário Meireles sobre a Independência do Maranhão.
Nº 6.654 14\08\1972 p.03	<i>Cinema.</i>	A Independência e o jornalismo, documentário produzido por estudantes do curso de cinema da Universidade Federal Fluminense.
Nº 6.662 22\08\1972 p.08	<i>Trovadores no Sesquicentenário</i>	Festa do movimento dos Trovadores em comemoração ao Sesquicentenário da Independência.
Nº 6.662 22\08\1972 p.06	<i>Mensageiros da Trova</i>	Sem mais informações.
Nº 6.678 07\09\1972 p.01	<i>(Foto)</i>	Parada militar no encerramento dos festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil.

Nº 6.678 07\09\1972 p.01	<i>Jornal da Independência</i>	Edição especial em alusão ao Aniversário da Independência. Nessa edição são destacados os principais feitos políticos e figuras que legaram ao Brasil sua emancipação política.
Nº 6.677 12\09\1972 p.08	<i>Momatro ganha prêmio</i>	

c) Edições do *Jornal Pequeno* (1973)

Jornal Pequeno		
Dados	Notícia	Sinopse
Nº 6.711, 10\02\1973, p.07	<i>Concurso Literário</i>	A notícia destaca o concurso Literário intitulado “História da Polícia Militar do Maranhão” realizado pela Polícia Militar em decorrência do Sesquicentenário de Adesão do Maranhão à Independência e do 137º aniversário de fundação da Polícia Militar.
Nº 6.731, 03\03\1973, p. 06	<i>Museu do Maranhão</i>	A manchete informa a inauguração do primeiro museu do estado, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, em 28 de julho de 1973, data que marca o Sesquicentenário de Adesão da província a Independência e celebra a passagem do presidente Médici na capital.
Nº 6.745, 17\03\1973, p.06	<i>Medalha da Independência</i>	Projeto de Medalha criado pelo deputado Joaquim Itapary, intitulado “Medalha da Independência”, em comemoração ao Sesquicentenário de Adesão do Maranhão à Independência do Brasil.

Jornal Pequeno		
Dados	Notícia	Sinopse
Nº 6.766, 07\04\1973, p.03	<i>Concurso Literário</i>	Mais informações sobre o concurso literário realizado pela Polícia Militar.
Nº 6.777, 20\04\1973, p. 01	<i>Presidente Garrastazu inaugurará museu do Maranhão 28 de julho</i>	A manchete destaca a presença do presidente Médici no estado para a inauguração do Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Nº 6.979, 14\05\1973, p.02	<i>Atividades da Academia Maranhense de Letras</i>	Em comemoração ao 65º aniversário da Academia Maranhense de Letras (AML), ao 150º aniversário de nascimento do poeta Maranhão Gonçalves Dias, e ao 150º de Adesão do Maranhão à Independência, a AML realizará programações em alusão às efemérides.
Nº 6.984, 19\05\1973, p.03	<i>Promoção na Academia de Letras</i>	A programação da AML inclui a realização de concurso literário.
Nº 7.003, 07\06\1973 p.08	<i>Concurso de Trovas no Momatro</i>	No desejo de colaborar com as comemorações do Sesquicentenário de 1973, o Movimento Maranhense de Trovadores (Momatro), anuncia a realização do concurso de trovas, que tem como tema “Liberdade”.
Nº 7.005, 09\06\1973 p.08	<i>Momatro lança concurso de trovas</i>	Mais informações sobre o concurso de trovas que será realizado pelo Momatro.
Nº 7.013, 16\06\1973 p.05	<i>Lançamento de Trovas</i>	Mais informações sobre o concurso de trovas que será realizado pelo Momatro.

Jornal Pequeno		
Dados	Notícia	Sinopse
Nº 7.026, 25\07\1973, p.02	<i>Dia 28: Juventude nas ruas mostrará alegorias</i>	A notícia destaca a organização do desfile estudantil que será realizado em virtude dos 150 de adesão do Maranhão ao Império do Brasil e da passagem do presidente Médici à capital.
Nº 7.026 25\07\1973, p. 03	<i>Concurso Literário?</i>	A manchete faz referência ao concurso literário realizado pela AML em 1972, em comemoração ao Sesquicentenário da Independência do Brasil. Apesar de muitos inscritos, o resultado do concurso não fora divulgado pela instituição.
Nº 7.027 26\07\1973, p.05	<i>Concurso Serviço militar 1973</i>	Concurso realizado pela polícia militar em alusão ao segundo Sesquicentenário.
Nº 7.028 28\07\1973, p.01	<i>Concurso de Trovas</i>	Resultado do concurso de trovas realizado pelo Momatro.
Nº 7.029 28\07\1973 p.01	<i>Seja Bem-Vindo Presidente Médici!</i>	Mensagem de boas-vindas ao presidente Médici ao Maranhão.
Nº 7.029 28\07\1973 p.01	<i>Presidente Garrastazu Recebe, hoje o título de cidadão maranhense</i>	Informações sobre a agenda de Médici no estado.
Nº 7.029 28\07\1973 p.01	<i>Sesquicentenário</i>	Texto em alusão aos 150 anos de adesão à Independência.

Nº 7.029 28\07\1973 p.03	<i>Mensageiros da Trova</i>	Mensagem dos mensageiros da trova em referência ao 28 de julho.
Nº 7.029 28\07\1973 p.04	<i>Boas vindas ao presidente (prefeitura do estado)</i>	Mensagem municipais saudando a efeméride e a presença de Médici no Maranhão.
Nº 7.029 28\07\1973 p.05	<i>O Banco de desenvolvimento do Estado do Maranhão S\A</i>	Mensagem de empresas saudando a efeméride e a presença de Médici no Maranhão.
Nº 7.029 28\07\1973 p.06	<i>Mensagens municipais</i>	Mensagem municipais saudando a efeméride e a presença de Médici no Maranhão.
Nº 7.029 28\07\1973 p.07	<i>Mensagens municipais</i>	Mensagem municipais saudando a efeméride e a presença de Médici no Maranhão.
Nº 7.029 28\07\1973 p.08	<i>Mensagens da prefeitura de Santa Inês</i>	Mensagem municipais saudando a efeméride e a presença de Médici no Maranhão.
Nº 7.029 28\07\1973 p.08	<i>Mensagem de Pio XII</i>	Mensagem municipais saudando a efeméride e a presença de Médici no Maranhão.
Nº 7.029 28\07\1973 p.09	<i>Sesquicentenário do Maranhão à Independência do Brasil</i>	Texto sobre os 150 anos de adesão.
Nº 7.030 29\07\1973 p.01	<i>Presidente Viaja</i>	Informações sobre a passagem de Médici no estado e sua partida.